

ene2014.wordpress.com

ENCONTRO NACIONAL DE **EDUCAÇÃO** 2014

ANAIIS DO I ENE



Rio de Janeiro (RJ)
De 8 a 10 de agosto



Sumário

ANAIS GRUPOS DE DISCUSSÃO

04 Anais ENE

ENCAMINHAMENTOS ENCONTROS ESTADUAIS

28 Amazonas

31 Mato Grosso do Sul

33 Paraná

35 Piauí

37 Planalto e Pantanal

41 Rio de Janeiro

45 Rio Grande do Sul

47 Roraima

49 Santa Catarina

50 São Paulo

MANIFESTO

51 Manifesto do I ENE

ANAIIS GRUPOS DE DISCUSSÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- 1. Acesso e Permanência**
 - 2. Avaliação e Meritocracia**
 - 3. Democratização**
 - 4. Privatização e Mercantilização da Educação**
 - 5. Financiamento da Educação**
 - 6. Transporte e Passe Livre**
 - 7. Precarização das condições de trabalho e formação**
-

Acesso e Permanência

REGISTRO DEBATE:

- ✍ Livre acesso à educação pública e fim dos processos seletivos excludentes.
- ✍ Ampliação de políticas afirmativas com garantia de permanência, como cotas sociais e raciais.
- ✍ Desvinculação das cotas sociais e raciais, com proporção de acordo com a quantidade de negros e negras nos estados e de acordo com o número de vagas e não de inscritos.
- ✍ Educação Infantil para todos e todas, como direito das mulheres e das crianças.
- ✍ Fim do fechamento de escolas.
- ✍ Ampliação para 2,5 bi para o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil).
- ✍ Universalização de políticas de permanência e assistência estudantil, com ampliação de verbas para investimento em proporção às para custeio.
- ✍ Ampliação de vagas para moradias estudantis de forma pedagógica, com produção de cultura, lazer, etc.
- ✍ Alimentação de qualidade para todos e todas, fugindo de um modelo privatista e terceirizado.
- ✍ Estímulo a políticas de combate às opressões específicas (opressão à população negra, mulheres e pessoas LGBT) para estudantes e profissionais de educação.
- ✍ Creches universitárias com vagas paritárias entre os setores.
- ✍ Carga horária e grades flexibilizadas.
- ✍ Passe livre irrestrito e universal.
- ✍ Fim das avaliações meritocráticas.
- ✍ Ampliação das vagas na educação pública, em detrimento da privada.
- ✍ Acessibilidade a pessoas com deficiências físicas e intelectuais.
- ✍ Políticas de saúde do estudante e profissionais da educação.
- ✍ Fim do jubramento compulsório.
- ✍ Projeto político-pedagógico que garanta assistência aos setores envolvidos.
- ✍ Fim das taxas dos vestibulares.
- ✍ Políticas de acesso e permanência para usuários de políticas como FIES, ProUni, PRONATEC, etc.
- ✍ Educação indígena e quilombola formulada pelas populações e culturas.
- ✍ Criação de cotas para homens e mulheres trans* e travestis.
- ✍ Criação de um Plano de Assistência Estudantil para estudantes de privadas.

PROPOSTAS:

- Acompanhamento do investimento da educação em áreas básicas, pensando não somente em área escolar – ampliação do acesso e permanência, levando em consideração o contexto social da mesma;
- Inclusão da questão de gênero e orientação sexual e da questão de laicidade na discussão de acesso e permanência – secularizar a sociedade e o estado brasileiro que vem testemunhando a ascensão de setores religiosos conservadores e fundamentalistas;
- Acesso a todos à educação em todos os níveis. Que o Estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. Fim dos Vestibulares/SISU. Defesa do acesso irrestrito;
- Garantia de permanência como parte do direito à educação: Residência Universitária a todos que queiram morar na universidade. Alimentação gratuita a todos os estudantes; contra a privatização dos Restaurantes Universitários; ampliação e construção dos novos RU's;
- Fim do trabalho infantil. Aproveitamento das capacidades produtivas da criança, de acordo com suas capacidades físicas e mentais e de acordo com as exigências do seu desenvolvimento escolar;
- Discussão acerca da permanência dos jovens em situação de risco da educação básica; Acesso aos

-
- indígenas; Proposta de educação no campo dentro da pedagogia alternada – Garantia de que os governos se comprometam com essas comunidades;
 - Criação de um Sistema Nacional de Educação socialmente referenciado na classe trabalhadora;
 - Garantia de que todos os espaços educacionais tenham equipes intersetoriais;
 - Permanência não é só ensino e expansão mas também formação crítica – bolsa de formação;
 - Ampliação dos recursos para garantia de acesso a todos;
 - Investimentos para a clientela da Educação Especial; Garantia à acessibilidade dos estudantes da AEE na educação básica, E.M e universidades – Inclusão da pauta nas discussões do movimento educacional;
 - Exigência de 2 bilhões de investimentos para a assistência estudantil;
 - Campanhas unitárias nos estados que fortaleça nas bases a relação entre professores, estudantes, técnicos e funcionários da educação pública;
 - Que o ENE seja reflexo da construção nas bases;
 - Exigência imediata de cotas raciais fora das cotas sociais e que essas sejam proporcionais;
 - Realização da discussão da Lei 10.639\2003 em todos os espaços educacionais e não somente nas universidades – currículo de formação de professores perante essa lei;
 - Passe livre estudantil irrestrito não só durante os dias de semana\letivos;
 - Assistência estudantil para os estudantes das universidades privadas;
 - Permanência aos secundaristas;
 - Lutas pela ampliação do número de vagas nas casas universitárias e redução do auxílio-moradia; exigência pela melhoria das refeições;
 - Reformulação das questões que tratam da equipe multidisciplinar e que a mesma passe a existir nas creches independente do número de alunos, sendo esta equipe obrigatória para o atendimento dos alunos;
 - Reformulação da questão que trata do atendimento à saúde do educador, onde haja preocupação e uma efetiva participação dos órgãos criados na prevenção do desgaste físico e mental;
 - Limitação do número de alunos por sala;
 - Campanha para que a lei 10.639/2003 seja de fato implementada desde a Educação Infantil até o Ensino Superior;
 - Por um currículo de formação de professores com a lei 10.639/2003;
 - Incorporação pelo Movimento Nacional de Educação de um processo de construção coletiva de um projeto político pedagógico da classe trabalhadora, utilizando uma metodologia de planejamento participativo e estratégias que viabilizem a participação dos profissionais e estudantes da educação básica, especialmente contemplando a Educação de Jovens e Adultos;
 - 10% do PIB, Já!;
 - NÃO à substituição das cotas por programas sociais como PIMESP; PAAIS; PROFIS;
 - NÃO ao PROUNI e ao investimento a educação privada;
 - NÃO ao PNE;
 - NÃO ao pagamento da dívida pública;
 - Por restaurantes universitários estatais;
 - Criminalização da homofobia; PLC 122/2006 JÁ!;
 - Aprovação da Lei João Nery PL 5002/2013 que garante direitos civis básicos a pessoas Transexuais;
 - Aprovação do Kit Anti-homofobia reelaborado com ampla participação de LGBT's;
 - Criação de creches na universidade que permita que a estudante mãe possa realmente estudar;
 - Melhoria nos RU's e expansão do acessos a todas as refeições (café, almoço e janta);
 - Passe livre para todos os estudantes;
 - Transformação do caráter das bolsas de trabalho em bolsas de pesquisa, extensão e ensino. Garantia da permanência ao estudante na universidade com qualidade;
 - Realização de ações intersetoriais entre os segmentos da saúde, assistência social, habitação, dentre outras para viabilizar aos estudantes acesso a essas políticas;
-

-
- Oportunidade de condições aos estudantes de acesso à formação política;
 - Viabilidade de equipes interdisciplinares para acompanhamento das permanências dos estudantes entre todas as esferas (federal, estadual, municipal), bem como para realizar pesquisas sobre evasão e assim propor programas que apresentem resultados satisfatórios;
 - Que se pense uma política nacional de assistência transversal, em todos os níveis da educação com receitas vinculadas ao fundo público;
 - Educação para todos e cada um: respeito às necessidades dos alunos de todas as etapas, níveis e modalidades da educação, política nacional;
 - Universalização da Educação Infantil Pública (Creche e Pré Escola);
 - Que as redes de educação criem cursos de Braille;
 - Que as universidades ensinem Braille e o Soroban;
 - Acessibilidade total e completa a cegos e estudantes de baixa visão;
 - Inserção da pauta relativa às demandas dos cegos e baixa visão no movimento educacional;
 - Oportunidade de ensino a cegos próximo de suas residências;
 - Contrariedade à precarização, à privatização e à extensão da REDE INES;
 - Ampliação e construção das políticas de cotas nas instituições secundárias federais;
 - Capacitação de todos os profissionais da educação para atender os estudantes com necessidades especiais;
 - É nevrálgico a emergência no debate sobre o racismo e como este fator estruturante promove as desigualdades;
 - Debate em relação ao racismo, como ele de fato ocorre na sociedade brasileira, ignorando qualquer debate sobre racismo que se localize numa discussão vencida pelo movimento negro;
 - Real preparação teórico-prática das equipes interdisciplinares (psicólogos, assistências sociais e pedagogos) sobre o racismo e toda a sua complexidade;
 - Pelo direito à moradia, transporte e alimentação de todos os negros/negras, abolindo todo o sistema burocrático de disputa por vagas de moradia, transporte e alimentação;
 - Para garantir a permanência de estudantes do ensino médio técnico da rede de educação federal básica, técnica e tecnológica é preciso de políticas de reforço de conteúdo para a evasão, que é altíssima;
 - Contrariedade à municipalização das creches das universidades;
 - Que a EJA seja acessível, em conteúdo, tempo de duração e horário das aulas, à classe trabalhadora, sobretudo o EJA integrado ao ensino técnico;
 - CONTRARIEDADE à precarização da EJA (falta de professores, materiais educativos, entre outros);
 - Permanência de estudantes na Educação básica que estão cada vez mais na EJA com 15/16 anos;
 - Que a EJA tenha condições de receber alunos de Educação Especial;
 - Cotas Raciais nas universidades públicas estaduais e federais;
 - Contrariedade ao fim das cotas raciais em 10 anos na lei dos Institutos Federais, Técnicos, Educação Básica e Ensino Superior;
 - Fim do analfabetismo e o ensino básico infantil e fundamental com profissionais integrados à comunidade acadêmica e à integração aos Programas Políticos pedagógicos democráticos;
 - Ensino, pesquisa e extensão com respeito à autonomia universitária;
 - Contrariedade à parceria da educação sem fronteiras com entes privadas mundiais reivindicamos parcerias internacionais com universidades públicas no exterior;
 - Todo apoio a luta dos palestinos, haitianos e sírios, países em guerras ou ocupados e que o estado brasileiro faça convênios com ingressos livres às universidades públicas;
 - Bolsas de estudos, de moradia, saúde e creches para quilombolas e indígenas;
 - Por políticas de estado de permanência: creches, transportes e alojamento gratuito e salários dignos para professores;
 - Contrariedade ao REUNI e pela expansão da universidade pública sem parceria público-privada;
 - Pela extinção gradativa do FIES;
 - Pelo fim das verbas públicas para o sistema S e o PRONATEC;
-

-
- Pelo direito à greve dos professores, funcionários e estudantes;
 - Pelo fim do fator previdenciário, PCCS, melhores condições de trabalho;
 - Mais escolas noturnas com segurança e proteção;
 - Contrariedade à PM nas escolas;
 - Ações afirmativas e cotas pelo acesso universal à classe trabalhadora. Como também para o povo quilombola e indígena;
 - Pela unificação da lei 11.645/2010 a 10.639/2003.

AVALIAÇÃO E MERITOCRACIA

✍️ **REGISTRO DO DEBATE:**

- ✍️ O debate sobre avaliação e meritocracia vem se dando não só no Brasil, mas a nível internacional;
- ✍️ Interesse do banco mundial, do capital em mensurar e fazer com que a avaliação seja uma forma de regular a educação e a formação de mão de obra para o mercado de trabalho;
- ✍️ A avaliação meritocrática não melhora o resultado das escolas;
- ✍️ Essa forma de avaliação meritocrática não tem a ver com a melhoria na qualidade do ensino, e sim com a tentativa de privatizar a educação;
- ✍️ Precisamos questionar o PNE, pois ele não atende aos interesses da classe trabalhadora;
- ✍️ Existe uma conexão entre a questão da precarização, privatização e meritocracia;
- ✍️ Discurso da gestão eficiente para justificar a privatização da escola pública, da educação infantil, do ensino superior;
- ✍️ Importância de lutar pelos 10% do PIB já para a educação pública;
- ✍️ Luta pelo investimento na educação, investindo nos professores que possuem percursos diferentes do ponto de vista da sua formação e devem ser valorizados;
- ✍️ Luta contra a opressão e a exploração na categoria, pela valorização da carreira docente, contra a meritocracia, pela valorização da jornada de trabalho das mulheres;
- ✍️ A luta contra o PNE envolve a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade;
- ✍️ Precisamos pensar sobre a escola como espaço de transformação social, e o Encontro Nacional de Educação é lugar fundamental para isso;
- ✍️ Contrariedade à meritocracia e seus desdobramentos;
- ✍️ Nos posicionamos contrários ao PNE por seu caráter privatista e precarizante;
- ✍️ Verificar como a política meritocrática ocorre em outros estados do Brasil;
- ✍️ Luta contra a concorrência entre os professores;
- ✍️ Luta pela estrutura necessária e pela questão da saúde do professor;
- ✍️ Crítica ao produtivismo acadêmico e sobre nossa representação sobre a questão do trabalho docente;
- ✍️ A meritocracia leva pra escola a desumanização do trabalhador, o individualismo. A questão que temos que discutir é a ideológica;
- ✍️ A lógica da meritocracia está aliada ao sucateamento da educação, de destruição estrutural da educação;
- ✍️ Meritocracia associada à coerção e como processo de busca de consenso. A avaliação externa coloca metas, mas está aliada ao financiamento da educação;
- ✍️ A escola a depender de seu desempenho recebe mais ou menos financiamento. O professor assimilou a ideia de que ele é responsável pela qualidade de escola;
- ✍️ É um processo de responsabilização. O FUNDEB é um fundo per capita, quanto mais alunos na escola, mais verbas a escola recebe;
- ✍️ Por uma avaliação construída pelas comunidades. Hoje sofremos um avanço dessas políticas mas podemos resistir, podemos mudar;
- ✍️ O PNE tem que ser combatido. Temos que ver o papel da CNTE;
- ✍️ Implantação de um currículo mínimo no Rio de Janeiro, para que o professor aplique esse currículo pra realizar as avaliações;
- ✍️ Controle do professor: a escola no Rio de Janeiro perdeu sua autonomia pedagógica;
- ✍️ A disposição para a luta deve ser direcionada, para seu resultado;
- ✍️ O primeiro item pra se falar em avaliação são as condições de trabalho;
- ✍️ Não queremos fugir da avaliação, mas realizá-la sob critérios nossos;
- ✍️ Necessidade de politizar as aulas;

-
- ✍ O PNE é muito parecido com a lógica meritocrática, ele coloca metas a serem atingidas;
 - ✍ Para combater a competição é preciso colocar que a solidariedade é necessária. Não é menos importante a constituição de um movimento nacional de educação que dispute por dentro e por fora a CNTE;
 - ✍ Assim como avança a ideologia da meritocracia, avança a ideologia do apartidarismo;
 - ✍ A greve de 2012 foi resultado da expansão da lógica meritocrática para setores do funcionalismo público;
 - ✍ A meritocracia destrói a unidade da classe trabalhadora;
 - ✍ Que as avaliações das instituições sirvam pra melhoria das próprias instituições. É importante analisar para que serve a avaliação;
 - ✍ SAERJ: ano passado houve boicote grande ao SAERJ. Os alunos estão se conscientizando que o SAERJ é parte da política educacional Cabral/Pezão. Temos que pensar como avançar no boicote aos exames;
 - ✍ O SAERJ está se tornando a base da avaliação;
 - ✍ Avaliação baseada no critério da nota: há muitas outras variáveis que devem ser apontadas na avaliação que podem ajudar a romper com a avaliação meritocrática;
 - ✍ Necessidade de se abolir e de se pensar novos critérios de avaliação;
 - ✍ ENEM: enquanto o acesso ao ENEM perdurar, ele ainda terá um caráter meritocrático;
 - ✍ A avaliação tem caráter meritocrático, punitivo e que retira a autonomia das unidades de ensino. A avaliação vem de fora, é coercitiva;
 - ✍ Coisificação que a avaliação meritocrática produz no aluno. Esse não é sujeito da educação, mas resultado dos exames que responde;
 - ✍ Problemas fundamentais da classe trabalhadora não fazem parte da pesquisa acadêmica. É preciso trazer o que entendemos por qualidade. Podemos travar, então um debate de agenda;
 - ✍ Meritocracia como forma de quebrar os mecanismos de resistência, esse processo vem a par do processo de criminalização;
 - ✍ O governo não produz propostas para os trabalhadores há mais de dez anos. A proposta é a criminalização;
 - ✍ Desconstruir a ideologia da meritocracia: o exemplo mais bem acabado que vemos é o aplicado na universidade;
 - ✍ A CAPES se tornou o órgão avaliador dos programas de pós-graduação;
 - ✍ Hoje o avanço na carreira depende também na produtividade;
 - ✍ Só há prestígio acadêmico para o professor que está nos programas de pós-graduação e essa divisão entre professores de graduação e pós é muito prejudicial;
 - ✍ Pensar sobre os efeitos perversos da meritocracia na universidade;
 - ✍ O Brasil está exportando para a África o modelo de produtividade colocado pela CAPES;
 - ✍ Pensar medidas que cerquem de solidariedade as greves que estão acontecendo;
 - ✍ Política de competição entre as instituições de ensino que competem por mais verbas;
 - ✍ Temos que pedir o fim da padronização dos exames e rechaçar o ranqueamento das escolas. Aprimorar um boicote a esses exames tanto aos nacionais quanto aos estaduais;
 - ✍ Necessidade de unificação, mas unificação para além do corporativismo;
 - ✍ Há avaliação meritocrática da aprendizagem não só dos profissionais e da escola, a avaliação meritocrática da aprendizagem é excludente, classificatória e que não tem critérios qualificados;
 - ✍ IFETs têm a prior forma de avaliação meritocrática pela presença do ranço do tecnicismo e da divisão entre formação técnica e profissionais;
 - ✍ Fazer um contraponto à competição, ao produtivismo.
 - ✍ O sistema de avaliação está fadado a gerar corrupção;
 - ✍ A avaliação não pode ser exógena, deve ser interna ao processo pedagógico, deve levar o acúmulo das experiências da comunidade em que a escola está inserida;
 - ✍ Desmascarar a forma como a pesquisa vem se desenvolvendo no Brasil e que é insustentável;
 - ✍ É preciso que os movimentos sociais participem dos processos de formulação da política pública de pesquisa;
-

PROPOSTAS:

- Autoavaliação institucional com critérios definidos internamente com ampla participação dos sujeitos envolvidos;
 - Tripé ensino-pesquisa e extensão nos processos de avaliação do ensino superior;
 - Exclusão do caráter punitivo das políticas de avaliação da escola e da universidade;
 - Avaliação com respeito às particularidades locais, regionais, de classe, de gênero, etnia;
 - Campanha pelo fim da meritocracia na Educação Pública;
 - Garantia da autonomia das escolas e da gestão democrática;
 - Fim dos sistemas padronizados de avaliação;
 - Fim da certificação de professores e diretores;
 - Construir uma campanha nacional de boicote ao ENADE;
 - Cartilha com histórico da década de 90 deslocando foco do ensino para avaliação (período FHC; consequências do PROVÃO e decreto 2860);
 - Elaboração de panfleto com o tema “Teste não é avaliação”;
 - Texto sobre meritocracia com linguagem que atenda os professores, pais, estudantes e funcionários das escolas públicas;
 - Seminários que envolvam a comunidade escolar;
 - Campanha de denúncia contra a meritocracia;
 - Valorização da avaliação das escolas (reflexão/ação);
 - Novos critérios de avaliação diagnóstica sem meritocracia;
 - Abolição do ENEM e do ENADE;
 - Discussão para repensar os conselhos para serem paritários;
 - Não à política de bonificação! Campanha nacional contra qualquer tipo de bonificação, que gera fraude e que “apaga” alunos das escolas;
 - Campanha pelo fim do vestibular na educação básica, que essa pauta não seja apenas uma pauta da universidade mas das escolas;
 - Inserção de mais um professor nas salas de aula;
 - Campanha conjunta contra a meritocracia com os professores explicitando aos estudantes o caráter do mecanismo de avaliação. Temos que apostar na unidade entre estudantes e trabalhadores pra combater a meritocracia;
 - Fora aos exames burocráticos e meritocráticos;
 - Campanha a favor da estatização do ensino privado sem indenização;
 - Espaço amplo para debate nas plenárias de abertura do ENE;
 - Campanha nacional em solidariedade às greves (Ato do dia 14 de agosto em solidariedade a greve da USP);
 - Acompanhamento de outros profissionais, p.ex. psicólogos;
 - Maior discussão crítica sobre o custo aluno-qualidade;
 - Implementação de conselhos populares e autônomos;
 - Formação continuada para os trabalhadores da educação pública;
 - Novos parâmetros indutores da pesquisa acadêmica;
 - Não fechamento das escolas públicas;
 - Realização de seminário nas comunidades e que sejam estes seminários realizados pelos sindicatos;
 - Produção de uma cartilha sobre o enfoque que se deu, desde a década de 90 na avaliação, nas provas;
 - Que seja redigido um texto introdutório sobre meritocracia aos profissionais da educação;
 - Realizar boicotes ao ENADE e a todo instrumento de avaliação meritocrática na educação.
-

DEMOCRATIZAÇÃO

✍️ **REGISTRO DEBATE:**

- ✍️ Aprofundamento da discussão acerca da construção do nosso projeto de educação;
- ✍️ Discussão em relação aos contornos atuais da noção de público a partir da formulação de “público, não estatal”;
- ✍️ Processo de cerceamento da participação da comunidade no interior das instituições de educação;
- ✍️ A questão da democracia na educação se relaciona diretamente com a democracia na sociedade que tem suas restrições determinadas pelo sistema capitalista;
- ✍️ Estrutura das universidades que por serem fragmentadas também são maneiras de impedir a democracia universitária;
- ✍️ Educação sucateada. Escolas sem nem mesmo banheiro. “Isso não é democracia”. A democracia na urna, acabar com a obrigatoriedade do voto. Defesa do voto nulo;
- ✍️ Direções das escolas de ensino básico com gestões muito longas;
- ✍️ Em grande parte das escolas não há um acompanhamento entre conflitos entre professores e estudantes. Na maioria das vezes é a polícia quem faz esse contato. Existe inclusive um incentivo de inserir cada vez mais a polícia dentro da universidade;
- ✍️ Boicote nacional às empresas que são financiadas pelo imperialismo de Israel;
- ✍️ Exclusão de vários setores da classe trabalhadora dos espaços de decisão não só nas escolas, mas em toda a sociedade;
- ✍️ Concurso de gestores das escolas;
- ✍️ Vivemos em uma democracia burguesa e cedida pelo fim da ditadura militar;
- ✍️ Defender uma democracia combativa, classista e dos trabalhadores;
- ✍️ Defesa da “universidade popular”;
- ✍️ Trabalhadores em greve da UNICAMP. No alto da inflação, os trabalhadores receberam zero por cento de aumento;
- ✍️ Debate sobre a solidariedade ativa a essas greves;
- ✍️ Não vamos conseguir a liberdade dos presos políticos e a readmissão dos metroviários demitidos através dos meios jurídicos, visto que estamos em uma democracia burguesa;
- ✍️ Debate sobre a expansão da universidade pública. Já é feito um debate sobre os 10% do PIB, mas eles tem que ser juntamente com o fim do vestibular além de afirmar que esse investimento seja feito em universidades públicas;
- ✍️ PM dentro das escolas. Como um grêmio combativo pode se articular dentro de uma escola com a PM que defende o governo dentro dela?
- ✍️ Parece-me impossível falar de democracia. O mais adequado seriam democracias, já que a democracia liberal é radicalmente diferente da democracia socialista. Se entendermos que existe mais de um tipo de democracia, é possível dizer que há democracia nas escolas;
- ✍️ As famílias nunca são chamadas às escolas pra participar. Só são chamadas “pra levar esporros”;
- ✍️ Nosso principal esforço neste encontro é de procurar construir um novo projeto de educação que vamos disputar na sociedade;
- ✍️ Defender uma educação não sexista;
- ✍️ Problematização das diferenças entre escolas das cidades grandes, capitais e cidades de interior;
- ✍️ Como desconstruir nesses professores de interior a consciência capitalista;
- ✍️ Falta e adiamentos de reuniões de conselhos universitários e demais instâncias deliberativas da universidade;
- ✍️ Defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ✍️ Em SC, o governador defende a eleição de direção através de um curso de gestores. O que nós entendemos como golpe;
- ✍️ Expropriação do conhecimento dos professores;

-
- ✍ Discussão acerca de um novo método pedagógico. Um novo método e pensar a educação a partir dos trabalhadores;
 - ✍ Por qual motivo os votos de docentes, nos espaços tripartite de deliberação, vale mais que os votos de discentes e servidores técnicos administrativos?
 - ✍ Impossível não debater aqui sobre a democratização do acesso;
 - ✍ Adesão imediata de cotas raciais. Realidade do genocídio da juventude negra;
 - ✍ Pelo fim da militarização da polícia;
 - ✍ Conceito de Falsa Democracia;
 - ✍ Movimento deve tomar a iniciativa para a luta em defesa de Projetos de Leis que dêem condições para a gestão democrática;
 - ✍ O CONAE também tirou propostas em defesa da gestão democrática. Muitas coisas que defendemos para a democratização estão presentes no PNE – proposta da sociedade brasileira;
 - ✍ Necessidade de se unificar as lutas contra a privatização e precarização para avançar na democratização;
 - ✍ Democratização da leitura com bibliotecas escolares. Hoje, maioria das escolas só favorecem as editoras, e a função de bibliotecário está em extinção;
 - ✍ Necessidade de uma visão crítica da democratização da forma como está no PNE. Radicalizar a bandeira anticapitalista de uma educação pública. Financiamento público para a educação pública. Universalização como parte da democratização.
 - ✍ Necessidade de se democratizar os espaços existentes hoje nas universidades;
 - ✍ A universidade freia sempre as iniciativas de organização dos estudantes. Necessidade de luta por mais espaços de ação dos estudantes, no sentido deles também se sentirem sujeitos dentro da universidade;
 - ✍ Discussão acerca da democratização também para o povo indígena e quilombola. Não podemos pensar em democratização só no ambiente urbano;
 - ✍ Necessidade de se repensar o modelo de universidade existente hoje. Extensão popular na universidade;
 - ✍ Discussão acerca da democratização para a população pobre e excluída, que não consegue entrar na universidade, nem completar seus estudos;
 - ✍ Deve-se incluir na lei a redução da jornada de trabalho sem redução de salário para os estudantes que precisam trabalhar e estudar;
 - ✍ Discussão acerca de quem controla educação quando se for falar em democratização. Hoje as universidades são controladas por uma burocracia; Não é só com eleição direta e maior participação nos espaços e conselhos que se conquista a democracia; Deve-se lutar por uma democracia real; Sem controle do governo e da igreja;
 - ✍ Não existe uma democracia de fato, pois as instâncias não são de fato um espaço de deliberação da comunidade, onde a decisão dos trabalhadores e da maioria da comunidade seja postas em prática;
 - ✍ Necessidade de se organizar as lutas para se obter vitórias efetivas;
 - ✍ O Encontro deve servir para aglutinar os trabalhadores e os estudantes na luta para transformar radicalmente a realidade da educação;
 - ✍ Discussão acerca da democratização como um processo além da participação institucional, mas também no dia-a-dia, de forma radical;
 - ✍ Necessidade de lutar para acabar com as restrições para a elegibilidade dos cargos na universidade. Lutar pela paridade, mais ir além acabando com a estrutura hierárquica existente. O Encontro conseguiu aglutinar a universidade pública e a educação básica, mas o ensino superior privado foi pouco discutido;
 - ✍ As discussões no setor da educação exclui o segmento técnico-administrativo. Apesar de existir, em muitas instituições, espaços paritários, o MEC ainda faz um esforço de impor os gestores e a forma de gestão nos institutos;
 - ✍ Busca pelo debate sobre a diversidade sexual e também sobre os direitos humanos;
 - ✍ No debate acerca de democratização, deve se fazer o debate de cotas, do acesso do povo negro, das mulheres, etc. ao ensino;
 - ✍ Luta contra a repressão aos lutadores da educação (fora polícia das escolas, liberdade aos presos políticos e fim do cercamento policial na manifestação);
-

-
- ✍ Não se deve menosprezar a luta institucional, como a criação dos PL's, não deixando de lado a ação direta. E deve-se, portanto, ter uma ação estratégica que una as duas questões;
 - ✍ A ação pela ação direta acaba por afastar as bases da luta;
 - ✍ Construção de um projeto alternativo de sistema de educação, já que o PNE coloca isso como uma meta, para evitar que sermos atropelados;
 - ✍ O projeto alternativo deve ter um caráter classista, com vistas à superação dessa realidade. O ENE marca um novo patamar na luta por uma educação popular e alternativa. O ENE deve se especializar na construção de uma frente de caráter anticapitalista em defesa da educação pública que una os trabalhadores;
 - ✍ O ENE pode colocar um plano de luta que unifique os setores da educação e da classe trabalhadora que estabeleça um novo projeto de educação;
 - ✍ O ENE deve ter como principal pauta a luta contra a repressão aos movimentos sociais;
 - ✍ Voto universal para reitor e eleição direta para diretor;
 - ✍ Governo tripartite com assembleia geral universitária;
 - ✍ Construção de um plano de lutas em defesa educação pública, gratuita e de qualidade;
 - ✍ Dia nacional de práticas educativas sobre educação de gênero;
 - ✍ Criação de Frente Nacional que congregue os setores presentes no ENE;
 - ✍ Necessidade de construir uma Frente Nacional de Combate à Repressão;
 - ✍ Fim do vestibular e livre acesso ao ensino superior.

PROPOSTAS:

- Construção, no dia 21 de agosto, de um dia nacional de luta contra a criminalização dos movimentos sociais “lutar não é crime!”;
 - Campanha contra a presença da polícia militar nas escolas;
 - Indicação de que as entidades se integrem à campanha internacional do BDS (Boicote, Desinvestimentos e Sanções);
 - Luta por posicionamento em defesa do povo palestino pelo fim dos ataques à Cisjordânia e a faixa de Gaza;
 - Luta para que o governo federal rompa com suas relações econômicas e diplomáticas com o estado de Israel. Pelo fim do estado de Israel;
 - Pela implementação de cotas raciais nas universidades e institutos, com reserva de vagas aos estudantes negros sendo proporcional à população negra de cada estado;
 - Inclusão na agenda de lutas, da denúncia ao autoritarismo intelectual, uma vez que a CAPES, recentemente, reprovou um projeto de pesquisa por se basear no método materialista histórico-dialético;
 - Repúdio às metas produtivistas dos governos estaduais para a educação;
 - Repúdio à lógica produtivista acadêmica dos órgãos de fomento à pesquisa;
 - Contraposição aos critérios de avaliação das agências de fomento no que tange a produção de conhecimento para área de ciências humanas e sociais, pois tais critérios não atendem às particularidades da área;
 - Eleição direta e irrestrita na educação básica em critérios produzidos pelas comunidades escolares, locais, sem indicação do governo;
 - Não esquecermos de que o processo de democratização na educação na educação básica e no ensino superior exige uma participação efetiva de todos os seus sujeitos professores, técnicos, estudantes e gestores;
 - Autonomia universitária efetiva;
 - Financiamento, professor docente, ranqueamento e meritocracia são faces da mesma moeda. Não é possível falar em democracia sem repensar todas as questões estruturais que envolvem o processo educacional;
 - Combate aos interlocutores do estado, esfera governamental, conselhos estaduais, municipais, ONG's e empresariado;
 - Deixar claro o projeto de educação pública que queremos em detrimento do projeto de educação do Todos pela Educação;
-

-
- Luta pela aprovação do direito de greve de todos os setores do trabalho, inclusive a greve militar;
 - Que as entidades que constroem o ENE manifestem o apoio aos sindicatos atacados pelos governos estaduais e municipais tais como o SEPE –RJ e SINDISERM (Teresina – PI);
 - Que as organizações que constroem o ENE se incorporem ao ato do dia 14/08, em apoio à greve das estaduais paulistas, em São Paulo. E que as delegações dos demais estados realizem medidas de visibilidade para a luta em defesa dos trabalhadores da educação. Que se realize também uma campanha financeira contra o corte de pontas na USP! Todo apoio a greve das estaduais paulistas! Contra o corte de pontos!;
 - Imediata aplicação das cotas proporcionais à população negra em cada estado, na luta pelo fim do vestibular e estatização das universidades privadas;
 - 10% do PIB pra educação pública já! Com imediata radicalização do acesso e produção do conhecimento à serviço da população, com a estatização das universidades privadas;
 - Contra as reitorias e conselhos universitários que só servem para implementar a precarização da educação! Por estatuintes independentes da reitoria. E seus órgãos, sufrágio universal e governo transparente;
 - Ampliação e aprofundamento do debate sobre Educação e Universidade Popular;
 - Proposta de Saudação ao Encontro Nacional de movimentos em luta por uma universidade popular (ENMUP) dia 14 a 17 de agosto, em Fortaleza;
 - Luta pela autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Coloca-se pela destruição da burocracia na universidade e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários subordinado à assembleia geral universitária com voto universal e mandatos revogáveis;
 - Promoção de uma campanha permanente contra a criminalização dos movimentos sociais, busca pela construção de comitês locais, estaduais e nacional, contrariedade acerca da repressão, lutando pelo fim dos processos políticos dentro e fora das universidades, pela readmissão de sindicalistas demitidos e pela expulsão da PM das universidades;
 - Luta pela mais completa liberdade de ensino científico de crítica e manifestação e organização políticas, nenhuma interferência do Estado, das igrejas, e do empresariado nos planos, conteúdos e métodos de ensino;
 - Defesa da liberdade de organização, expressão e greve de professores e estudantes, tanto da educação básica quanto de ensino superior;
 - Pela soberania da assembleia escolar e livre reunião da comunidade escolar para discutir e decidir sobre os problemas que afetam a educação;
 - Direito dos estudantes de organização de grêmios livres democráticos e combativos;
 - Fim da presidência nos conselhos de escola-comunidade;
 - Efetiva eleição direta por voto universal para direção das unidades educacionais e o fim da “consulta” à comunidade;
 - Contrariedade à reeleição consecutiva para as direções das escolas;
 - Apoio ao PL 3688/00 que garante a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas instituições de educação básica de todo o país;
 - Posicionamento contrário às polícias nos campi universitários;
 - Exigência de eleições diretas para reitor ou com um mínimo de paridade;
 - Exigência de mais espaços estudantis, direito a encontros sociais e culturais bem como mais autonomia;
 - Reafirmação da educação pública, laica, gratuita e socialmente referenciada nos trabalhadores e suas lutas como única via para escolas e universidades democráticas;
 - Reafirmação da auto-organização nas instituições públicas de ensino; contra concursos tecnocratas; a favor da ampliação da participação direta da comunidade escolar e universitária;
 - Repúdio à judicialização, ao uso do aparato policial e às perseguições administrativas contra os lutadores da educação;
 - Reafirmação da importância da universalização do acesso, da ampliação da assistência e de políticas afirmativas para estímulo à produção de conhecimento entre setores historicamente oprimidos como negras, negros, indígenas, mulheres, e pessoas com necessidades especiais;
-

Moções:

Moção de solidariedade:

O ENE manifesta total solidariedade à greve dos trabalhadores e estudantes das universidades estaduais paulistas contra a precarização do ensino e o desmonte do serviço público patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo – Geraldo Alckmin. Manifesta seu posicionamento contrário ao corte de ponto dos trabalhadores em greve e à presença da polícia militar nos campi. Exige efetiva negociação para assegurar o reajuste salarial por melhores condições de trabalho e estudo.

Moção de apoio

O ENE manifesta seu apoio ao SINDISERM (Sindicato dos Servidores Municipais de Teresina) que vem sofrendo ataques diretos da prefeitura de Teresina que suspendeu o repasse da contribuição sindical há seis meses. Essa medida visa claramente enfraquecer um sindicato que luta contra as políticas de precarização e terceirização dos serviços públicos e interfere diretamente no direito dos trabalhadores de Teresina. Todo o apoio ao SINDISERM.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

REGISTRO DO DEBATE:

- ✍ Privatização dos Hospitais Universitários via EBSEH e dos hospitais para servidores públicos;
- ✍ Novas formas de privatização através de empresa privada de direito público;
- ✍ Terceirização como forma de privatização;
- ✍ Flexibilização dos direitos trabalhistas via terceirização;
- ✍ Diminuição dos espaços públicos das universidades por conta da apropriação de empresas privadas;
- ✍ Ampliação das parcerias público-privada e da terceirização dos serviços;
- ✍ A disputa ideológica contra o modelo neoliberal;
- ✍ Relação do aumento das PPP's com a precarização da carreira e trabalho;
- ✍ A privatização como instrumento para atender a lógica da mercantilização;
- ✍ O desvio de verba pública para a iniciativa privada;
- ✍ Ampliação do FIES;
- ✍ Prouni;
- ✍ Educação como instrumento de luta;
- ✍ Redução do número de matrículas em escolas públicas;
- ✍ Fechamento de escolas e hospitais;
- ✍ Falta de creches públicas;
- ✍ Elitização da entrada nas universidades;
- ✍ A privatização dos cursos de pós-graduação em universidades públicas;
- ✍ Questão do público não estatal, público privado;
- ✍ Reformas educacionais e curriculares;
- ✍ A necessidade de construir a unidade dos trabalhadores;
- ✍ O desafio de concretizar nossas propostas e construir um plano de lutas;
- ✍ Precisamos romper com a política que aglutina público e privado (PPP's) e a estatização da educação superior privada. Contrariedade ao ensino a distância. Combate às privatizações nas universidades públicas;
- ✍ O encontro está sendo amplo mesmo sem a presença das entidades tradicionais;
- ✍ A direita está para as questões sociais, enquanto aquela que era a esquerda referencial está para a privatização.
- ✍ Organicidade às categorias. Todas as categorias mobilizadas;
- ✍ Precisamos focar no debate para o combate à privatização na educação básica e no ensino médio;
- ✍ Entendimento da relação entre financiamento e privatização. Colocar no debate o quanto algumas empresas ganham muito vendendo seus livros didáticos;
- ✍ O PNE é um grande pacote neoliberal. O ENE não deve apresentar apenas sugestões e sim proposições para ações;
- ✍ Centralização das denúncias e dos rechaços à política educacional implementada pelo PT. Fazer corte de gênero e de raça no debate e ao combate a privatização;
- ✍ Denúncia quanto à terceirização nas secretarias escolares;
- ✍ Não podemos colocar a luta da educação pública nos limites do capitalismo;
- ✍ Estudantes negr@s são os que mais sofrem com as políticas neoliberais. Os funcionários terceirizados são os mais excluídos (das lutas, debates, etc).
- ✍ Projetos da fundação Roberto Marinho implementam a precarização e a privatização no ensino público.
- ✍ O caráter classista do ProUni e do Fies. Luta pela educação e a luta pelo não pagamento da dívida pública e pela não criminalização dos movimentos sociais.

-
- ✍ O fundamental não é o investimento, e sim a estatização e o acesso universal;
 - ✍ O ensino privado não deve ser o centro das discussões, e sim o financiamento deve ser central;
 - ✍ Financiamento (10 por cento) é criar ilusão;
 - ✍ Disseminação das bandeiras de luta para a comunidade escolar;
 - ✍ Autocrítica do movimento em relação à unidade, à honestidade e à democracia;
 - ✍ O processo de terceirizações na educação infantil através do pré-infância;
 - ✍ A força do professor e do aluno está na base, no boca a boca. Os programas prontos do governo vendem a solução dos problemas na escola.

PROPOSTAS:

- Contra o PNE;
 - 10% do PIB para a educação pública já!
 - Unificação das lutas dos trabalhadores;
 - Contrariedade à mercantilização do ensino;
 - Pelo fim do pagamento dos juros da dívida pública;
 - Fim do pagamento da dívida externa e interna;
 - Fim do vestibular;
 - Proibição do capital estrangeiro na educação pública;
 - Não às Parcerias Público-Privadas. Garantia da disputa ideológica contra as PPP's;
 - Construção de uma plataforma educacional para os trabalhadores;
 - Campanha nacional pela regulamentação do ensino privado;
 - Não ao repasse de verbas públicas para iniciativa privada;
 - Garantia da assistência estudantil e creches nas universidades;
 - Articulação das lutas das universidades privadas;
 - Fim do ensino privado. Pela estatização da educação, sob o controle dos trabalhadores;
 - Garantia do debate e a luta contra as opressões;
 - Garantia do registro das nossas discussões em documento a ser publicizado;
 - Construção do ato do dia 14 de agosto- dia nacional de luta em defesa da greve da USP;
 - Construção de um calendário de lutas;
 - Campanha nacional de permanência estudantil. Ato nacional contra a criminalização dos movimentos sociais;
 - Realização de planos para a intervenção na realidade. Construção de um novo fórum;
 - Fortalecimento de todas as categorias;
 - Construção de um fundo de greve para os grevistas da USP;
 - Construção de uma greve geral;
 - Fortalecimento do trabalho de base e de formação dos profissionais da educação e da democracia operária;
 - Necessidade de um grande dia de luta;
 - Acesso universal à educação pública de qualidade;
 - Controle social da educação pela classe trabalhadora. Um dia de luta internacional;
 - Denúncia e combate às políticas educacionais, via Rede Globo, que são financiadas por governos;
 - Plano educacional verdadeiramente classista;
 - Movimento unificado contra as repressões da burguesia;
 - Efetivação dos funcionários sem concurso público.
 - Aumento do financiamento e mais concursos públicos para as universidades. Autonomia para as universidades. Construção de um calendário de lutas;
 - Rediscussão do Pré-ENE;
-

-
- Unificação dos professores com os terceirizados;
 - Ato nacional em 21 de Agosto;
 - Efetivação de todos os funcionários terceirizados sem concurso público;
 - Realização de uma conferência nacional contra a repressão com data iniciada para 12 de outubro para conformar a partir de movimentos uma frente única para combater o avanço da ofensiva repressiva do estado;
 - Que os atuais terceirizados tenham uma nota diferenciada na composição pontuação para a aprovação no concurso público.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

✍️ **REGISTRO DEBATES:**

- ✍️ Falta de verbas para educação, para estrutura das escolas e desvio do orçamento federal para educação privada;
- ✍️ Desvio de verbas da merenda escolar;
- ✍️ Falta de capacitação da formação docente;
- ✍️ Privatização da educação pública pelo governo federal;
- ✍️ Investimento nas áreas sociais;
- ✍️ Apostila das escolas com dados históricos errados;
- ✍️ Mercantilização da educação em Manaus;
- ✍️ Os 10% prometidos agora já foram prometidos no passado. 10% do PIB para Educação Pública Já! E 15% a longo prazo;
- ✍️ Os 10% do PIB que defendemos não está vinculado ao modelo de exploração da classe trabalhadora e destruição do meio ambiente vigentes;
- ✍️ Os recursos para os 10% não deve onerar os estados e municípios;
- ✍️ Investimentos público para educação pública;
- ✍️ Realização de Reforma Tributária Progressiva, com ênfase no imposto sobre grandes fortunas;
- ✍️ Somente taxar grandes fortunas não basta, devemos expropriar os empresários do ensino;
- ✍️ Fim da isenção fiscal para grandes empresas e bancos;
- ✍️ 42% do PIB para pagamento da dívida, 3,49% para educação, com grande parcela para educação privada. Não ao pagamento da dívida pública;
- ✍️ Fim da concentração de recursos voltados à educação privada. Expropriação do sistema privado em todos os níveis, sem indenização aos empresários, como bandeira central;
- ✍️ Controle social sobre o repasse da verba para a educação;
- ✍️ Criação, em estados e município, de fóruns para gestão dos recursos para a educação.
- ✍️ Estabelecimento de piso salarial para os professores, com piso de sete salários mínimos e implantação da carreira única;
- ✍️ Salário mínimo do DIEESE, por 20 aulas, 10 com alunos e 10 em formação;
- ✍️ O dinheiro deve vir da União e não de fundos não renováveis, como o petróleo;
- ✍️ Política tributária progressiva (quem ganha mais, paga mais);
- ✍️ Governos de Aracaju e Salvador vem injetando dinheiro do FUNDEB para grupos educacionais;
- ✍️ Governo da Paraíba injeta recurso do FUNDEB na montagem da guarda municipal;
- ✍️ Transparência e controle social das contas dos recursos do FUNDEB;
- ✍️ Caso do Equador, onde o governo somente reconheceu 30% da dívida e os credores aceitaram;
- ✍️ Unificação das lutas políticas: formulação, bandeiras de luta e agitação;
- ✍️ Criação de fórum permanente de unificação das lutas;
- ✍️ Mapeamento de quanto do financiamento da educação vai para o público e para o privado, em todos os níveis e levantando dos recursos de terceirização (merendas, livros didáticos, etc.);
- ✍️ Respeito à diversidade cultural em todos os seus aspectos, em contraposição às provas de avaliação que estão colocadas, como as que montam o índice do IDEB;
- ✍️ Mobilização nos estados de todos os setores da educação pública na discussão e aprovação da LDO e LOA, com o objetivo de garantir financiamento adequado para a educação pública;
- ✍️ O financiamento da educação é baseado em um cálculo per capita baseado no custo aluno/qualidade. Esse cenário inviabiliza o investimento em pequenas comunidades;
- ✍️ Democratização do repasse dos recursos da educação, mediante o fim o cálculo de repasse baseado no custo

-
- ✍aluno/qualidade;
 - ✍Autonomia financeira das universidades;
 - ✍Segurança social pública, aposentadoria integral, fim do fator previdenciário e não ao FUNPRESP;
 - ✍Discussão acerca do financiamento articulado com a luta sobre carreira e gestão democrática conforme os parâmetros do PNE da Sociedade Brasileira.
 - ✍Financiamento total da educação pelo estado;
 - ✍10% do PIB para Educação Pública Já!;
 - ✍10% Já para a educação pública e 15% a longo prazo;
 - ✍Contrariedade à investida dos governos de acabar com autonomia universitária;
 - ✍Controle social independente com estrutura do investimento para educação;
 - ✍Planejamento dos Recursos da Educação de acordo com as regiões;
 - ✍Políticas públicas devem ser interligadas, como saúde e educação, política de alimentação com educação;
 - ✍Estabelecimento de piso salarial para os professores, com piso de sete salários mínimos e implantação da carreira única;
 - ✍Fim da isenção fiscal para grandes empresas e bancos.

PROPOSTAS:

- Calendários de Luta e Ações Unificadas;
 - Incorporação ao 21 de agosto: Dia Nacional de lutas contra Criminalização Social;
 - Auditoria da dívida externa e interna! Não ao pagamento da dívida pública;
 - Jornada de lutas de conscientização acerca do não pagamento da dívida pública;
 - Exigência e denúncia contra a política de precarização e privatização da educação pública;
 - Rejeição completa do Plano Nacional de Educação (PNE);
 - Expropriação e estatização do ensino privado;
 - Expropriação do sistema privado em todos os níveis, sem indenização aos empresários, como bandeira central;
 - Constituinte popular para reforma política;
 - Fórum de Defesa da educação pública;
 - Criação de fórum permanente de unificação das lutas;
 - Construir de forma unitária a luta por acesso e permanência nas universidades;
 - Dia nacional de lutas para o segundo semestre;
 - Fim do PRONATEC;
 - Campanha Luta enegrece a Universidades! Cotas Raciais para uma educação pública, gratuita e de qualidade;
 - Prisão de corruptos e corruptores;
 - Expropriação dos bens daqueles que desviam dinheiro público, seguida de punição aos corruptores;
 - Criação, em estados e município, de fóruns para gestão dos recursos para a educação;
 - Construção de nova entidade que vá de encontro à CNTE;
 - Expropriação dos bens daqueles que desviam dinheiro público, seguida de punição aos corruptores;
 - Auditoria da dívida pública;
 - Ocupação de espaços que existem nas escolas e nas universidade propícios ao controle e fiscalização dos recursos;
 - Salário mínimo do DIEESE, por 20 aulas, 10 com alunos e 10 em formação.
 - Política tributária progressiva (quem ganha mais, paga mais);
 - Transparência e controle social das contas dos recursos do FUNDEB;
 - Mapeamento quanto do financiamento da educação vai para o público e para o privado, em todos os níveis e levantamento dos recursos de terceirização (merendas, livros didáticos, etc.);
-

-
- Respeito à diversidade cultural em todos os seus aspectos, em contraposição às provas de avaliação que estão colocadas, como as que montam o índice do IDEB;
 - Fim do PRONATEC;
 - Mobilização nos estados de todos os setores da educação pública na discussão e aprovação da LDO e LOA, com o objetivo de garantir financiamento adequado para a educação pública;
 - Ocupação dos espaços que existem nas escolas e universidades propícios ao controle e fiscalização dos recursos;
 - Reformulação dos critérios de financiamento de educação de modo que assegure a educação pública, universal e de qualidade para todos e em todos os níveis;
 - Autonomia financeira das universidades;
 - Seguridade social pública, aposentadoria integral, fim do fator previdenciário e não ao FUNPRESP;
 - Desfiliação da CNTE de todas as entidades que participaram do ENE e discussão de filiação em uma entidade que represente os interesses da classe trabalhadora;
 - Fim do PROUNI, FIES, havendo realocamento dos recursos para a educação pública, garantindo vagas com qualidade para todos;
 - Dia nacional de lutas para o segundo semestre;
 - Discussão do financiamento articulado com a luta sobre carreira e gestão democrática conforme os parâmetros do PNE da Sociedade Brasileira.
-

TRANSPORTE E PASSE LIVRE

✍️ **REGISTRO DEBATE:**

- ✍️ Não desvincular o debate do passe livre do debate do direito à cidade;
- ✍️ Incorporação da questão do machismo reproduzido no transporte público;
- ✍️ Inclusão dos problemas decorrentes e sobre as pessoas que moram em zonas rurais no debate sobre transporte escolar,
- ✍️ Discussão mais profunda sobre a correlação entre a luta pelo passe livre e a luta pela permanência estudantil;
- ✍️ Passe livre como direito;
- ✍️ Transporte como direito e não como mercadoria (constituição 1988);
- ✍️ Luta pelo passe livre não contrasta com luta por Tarifa Zero;
- ✍️ Transporte tem que ser estatal;
- ✍️ Luta junto aos trabalhadores dos transportes;
- ✍️ Defesa da tarifa zero.

PROPOSTAS:

- Articulação da luta com as frentes pelo transporte, bloco de lutas e em conjunto com o movimento da educação;
- Luta pelo passe livre inclusa na luta pela permanência estudantil, considerando a necessidade da mobilidade para garantia do estudo;
- Estatização dos transportes sob controle dos trabalhadores em aliança com os usuários. Em oposição ao passe livre e tarifa zero;
- Passe livre para estudantes, empregados e aposentados e que o subsídio destes saiam do lucro dos empresários;
- Campanha nacional unitária pelo passe livre;
- Que o ENE não se encerre aqui e que aconteçam outros encontros de movimento em luta com setores combativos da esquerda;
- Tarifa zero para todo ser humano;
- Retirada de roletas de todos os ônibus;
- Transporte público deve ser controlado pelo povo;
- Instâncias amplas para debater e formular um projeto de fato que a população queira;
- Metodologias para pensar em espaços democráticos para deliberar acerca do transporte público;
- Passe livre irrestrito;
- Pelo Passe Livre Nacional Irrestrito Intermodal de todos os dias, rumo a Tarifa Zero;
- Mês de Agosto como “Mês da luta pelo Passe Livre Nacional”;
- ½ passagem em Municípios onde não há sistema de transporte;
- Apoio efetivo à greve da USP: fundo de greve.

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO

✍️ **REGISTRO DEBATE:**

✍️ A Precarização do trabalho se manifesta por vários vieses, dando-se nas condições de trabalho, incluindo salário, na desvalorização profissional, na carreira, no espaço físico (Faltam de salas de aula, falta de salas especializadas - reforço, multimídia,- falta de quadra esportiva) e materiais didáticos, jornada de trabalho, na retirada de direitos, etc;

✍️ O Adoecimento docente, que afeta a totalidade dos trabalhadores em educação, da educação básica a ensino superior, causada pelas condições de trabalho encontradas na educação, leva a uma precarização direta da vida do trabalhador;

✍️ A defasagem salarial, que atinge várias categorias de trabalhadores, é um problema na medida que precariza as condições de vida do trabalhador;

✍️ A falta de preparação dos professores, causada pela desqualificação da formação inicial do professor, junto aos programas dos governos para formação inicial e continuada são insuficientes e colaboram para a precarização do trabalho;

✍️ Ampliação da oferta na matrícula sem aumento físico dos espaços e sem aumento no quadro de trabalhadores (ex. na educação básica e no ensino superior pelo REUNI);

✍️ Alta jornada de trabalho, ocasionando sobrecarga de trabalho e contribuindo para o adoecimento docente. Também o trabalhador passa a dar conta de tarefas que fogem da sua responsabilidade;

✍️ O tempo do trabalhador em educação está cada vez mais fragmentado, acontecendo situações onde um trabalhador preenche sua carga horária em mais de um local de trabalho. Trabalho fora do horário formal, trabalho aos finais de semana, trabalho aumentado pela introdução das tecnologias, etc;

✍️ Falta de abertura de concurso público, falta de recursos humanos nos serviços públicos e a precarização na contratação de trabalhadores;

✍️ Retirada/violação de direitos, principalmente no caso dos trabalhadores mais precários da Educação (caso da lei do piso);

✍️ Fragmentação da categoria, ocasionado pelas novas formas de inserção da força de trabalho na educação (temporário, terceirizado). A terceirização foi o modelo que foi tido como salvador para a falta de professores na educação, e que vem dando resultados contrários na medida que precariza o trabalho dos professores;

✍️ A privatização é uma das faces da precarização, na medida em que é introduzida a lógica privada dentro do serviço público e também por conta do aumento no repasse de dinheiro público para os setores privados, o que repercute em falta de recursos para a educação pública;

✍️ A Violência nas escolas é um fator de precarização, já que em muitos locais ir trabalhar virou quase um risco de vida;

✍️ A lógica empresarial do capital em ver a educação, introduzindo uma lógica gerencial e a meritocracia na organização da escola e das relações de trabalho, aumenta a cobrança por resultados do trabalhador;

✍️ A avaliação externa (ex. do IDEB), que retira a autonomia do docente e aumenta o controle sobre o trabalho docente é um controle que está nas mãos dos governos. Em SP, a Secretaria Digital está elaborando um “diário de classe online”, onde a secretaria monitora os trabalhadores e alunos da escola, tendo relações com outras secretarias, como a de segurança;

✍️ A falta de democracia na universidade e na escola é um elemento para pensarmos a precarização do trabalho, na medida em que na falta da democracia interna exercida pelos trabalhadores se criam condições para práticas antidemocráticas;

✍️ A precarização do trabalho ocorre a partir de condições de opressão no trabalho, como a repressão, o assédio moral, a perseguição e demais práticas autoritárias e de opressão;

✍️ As políticas de governo e de estado implementadas no Brasil repercutem em precarização do trabalho, a exemplo do PNE e sua lógica de privatização via repasse de verbas públicas para a educação privada;

✍️ A política de financiamento, com o exemplo da aprovação recente da aplicação dos 10% do PIB para a educação, está voltada para atender as demandas da educação privada, desresponsabilizando o estado pela aplicação de verba na educação pública, já que o público e o privado se misturam nessa política;

✍️ A feminização da categoria docente e o machismo acentuam a precarização do trabalho;

✍️ A precarização é uma política de classe (burguesa), na medida em que mina a organização dos trabalhadores, introduz a concorrência e competitividade entre os trabalhadores e aumenta a dificuldade organizativa desses trabalhadores.

PROPOSTAS:

→ Mobilização dos sindicatos, movimentos, estudantes e centrais dos trabalhadores para lutar pela redução da jornada de trabalho;

→ Pelo fim da dedicação exclusiva para docentes;

→ Pelo fim dos contratos temporários e dos processos de terceirização;

→ Efetivação de todos os professores e funcionários temporários;

→ Dinheiro público para educação pública;

→ Racionalização do plano de carreira dos técnicos administrativos das IFES;

→ Realização do 2º ENE, bem como de suas etapas estaduais e locais, buscando fortalecer a articulação entre os movimentos da educação;

→ Incentivo a espaços nacionais e regionalizados de formação e articulação política para a militância da educação;

→ Realização de um diagnóstico da educação pública brasileira, da educação infantil e superior. Mapeamento dos programas de governo, das condições de trabalho e da formação de trabalhadores da educação e estudantis;

→ Defesa de 5 salários do DIEESE para professores do ensino fundamental e médio;

→ Fim da indexação salarial dos reajustes salariais à lei do piso;

→ Limite do número de alunos por sala de aula;

→ Fim do programa Mais Educação, que transforma as escolas em espaço burocráticos para administrar verba pública e não busca um atendimento integral de qualidade;

→ Autonomia da comunidade escolar em decidir sobre as verbas destinadas à escola;

→ Garantia de funcionamento pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com o planejamento feito nas instituições;

→ Garantia de avaliação institucional permanente da saúde dos trabalhadores em educação;

→ Defesa de previdência e seguridade pública. Pela derrubada da reforma da previdência;

→ Estatização das empresas e monopólios que atuam na educação, colocando essas instituições sob controle direto da comunidade escolar;

→ Que nenhum trabalhador seja demitido. Unir efetivos e terceirizados;

→ Incorporação imediata de todos os terceirizados da educação, com os mesmos direitos dos funcionários concursados, sem a necessidade de submeter a prova, concurso ou critério restritivo;

→ Defesa da estabilidade/efetivação e dos mesmos direitos a todos os professores contratados por uma jornada mínima de 20h;

→ Aplicação imediata da lei do piso nacional;

→ Piso salarial de acordo com o salário mínimo do DIEESE e escala móvel de salários, com reajustes automáticos em relação à inflação;

→ Fim de todas as leis que precarizam o ensino, as condições de trabalho e destroem conquistas do magistério;

→ Elaboração de projeto de lei que criminaliza a violência moral no trabalho, contemplando a discriminação, a perseguição, constrangimento, o isolamento e quaisquer outros maus tratos que possam colocar em risco a saúde, a dignidade e a vida dos trabalhadores a partir da interpretação de autores como Mary France, Christopher Dejourns, Maria Esther Freitas e outros;

→ Articulação de uma campanha nacional contra a precarização do trabalho;

-
- Que o ENE dê início a construção de comitês por universidade e escola contra a mercantilização da educação e por uma educação de qualidade;
 - Que o ENE aponte uma data nacional de paralisações e mobilizações pela Educação Pública e de Qualidade, na perspectiva de construir uma resposta unitária de todos os trabalhadores, sob a forma de uma greve geral;
 - Preparação de uma grande greve unificada da educação em 2015;
 - Construção de uma grande jornada de lutas com atos contundentes nas instituições de gestão da educação;
 - Participação nas lutas contra a criminalização dos movimentos sociais;
 - Participação no ato do dia 14/8 dos trabalhadores grevistas da USP, organizando contribuição para o fundo de greve para ajudar esse movimento;
 - Inclusão das disciplinas de sociologia e filosofia em todas as séries do ensino médio e na segunda metade do ensino fundamental;
 - Fixação de um número máximo de estudantes por turma em cada nível de ensino;
 - Pela revogação da legislação que proíbe concursos públicos para cargos específicos;
 - Construção de um Plano Nacional de Lutas dos trabalhadores da educação;
 - Construção de comitês locais de trabalho;
 - Construção de Encontros regionais de ano em ano;
 - Construção de Encontros nacionais de dois em dois anos.
-

ENCAMINHAMENTOS

ENCONTROS

ESTADUAIS

Etapa Amazonas

25 e 26 de Julho de 2014

Debate sobre financiamento da educação:

- Exigir do governo a aplicação do percentual de 10% do PIB para a educação pública já, com consequente fim do uso de verbas públicas para o ensino privado
- Garantir autonomia financeira no uso e administração das verbas nos estabelecimentos de ensino, em todos os níveis;
- Sugerir que os sindicatos encomendem pesquisa ao Dieese sobre os gastos públicos usados em programas educacionais oferecidos na forma de parceria público-privado;
- Sugerir que os sindicatos encomendem pesquisa do Dieese sobre o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em programas de educação voltados à formação técnica;
- Garantir destinação de verbas para a realização de concursos públicos visando à reposição de pessoal técnico-administrativo nas Instituições Federais de Ensino;
- Desvincular a avaliação educacional do financiamento dos estabelecimentos de ensino;
- Proibir a aplicação de recursos públicos no aluguel de prédios particulares para funcionamento de escolas públicas;
- Exigir que as verbas destinadas as escolas sejam administradas de forma autônoma pelas Associações de Pais e Mestres (APMs);
- Exigir que o Estado financie o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários, em dotação específica e vinculada a esse fim;
- Exigir dos governos o cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal e o seu acompanhamento pelas entidades representantes do setor educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Garantir que, na expansão da rede pública de ensino, se dê atenção especial ao ensino noturno, dotando as instituições públicas de condições adequadas para garantir-lhes um padrão acadêmico de qualidade;
- Exigir que as propostas orçamentárias sejam elaboradas de forma democrática e participativa, e apreciadas, consolidadas e aprovadas por colegiados democraticamente constituídos;
- Lutar pela criação de um percentual das receitas tributárias de cada estado da União para a aplicação em suas Instituições Estaduais de Ensino Superior, bem como pela transparência na utilização de todos os recursos investidos;
- Exigir do Estado aportes de recursos financeiros que levem em consideração as diferenças regionais, priorizando os estados da Federação mais pobres economicamente; nas regiões metropolitanas, aquelas com maior déficit educacional;
- Retirar do cálculo de despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino gastos como merenda escolar, transporte escolar, salário de professores aposentados e pensionistas;
- Lutar pela incorporação dos recursos do FUNDEB ao orçamento geral da educação;
- Responsabilizar o Estado pela alocação de mais recursos financeiros nos programas de pós-graduação das IES públicas;
- Exigir do Estado a destinação de verbas específicas para pesquisa e extensão nas IES públicas.

Debate sobre democratização da educação:

- Fortalecer os mecanismos e instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de educação, de escola, de acompanhamento e de controle social, com a colaboração entre o MEC, as secretarias de educação de Estados, Distrito Federal e municípios e os respectivos Tribunais de Contas dos entes federados;

- Criar mecanismos que garantam o apoio técnico e financeiro na gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- Articular políticas de acesso e permanência, de modo a garantir que as crianças, jovens, adultos e idosos ingressem nas instituições educativas e nos diferentes níveis, etapas e modalidades, além de alcançar sucesso acadêmico, reduzindo as desigualdades étnico-raciais e ampliando as taxas de permanência e conclusão de estudantes do campo, negros, indígenas, povos da floresta, povos das águas, quilombolas, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- Ampliar os programas de apoio e formação aos/às conselheiros/as dos Conselhos de Educação, de Escola, de Acompanhamento e Controle Social, de Alimentação Escolar, e outros; e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas;
- Criar mecanismos de participação que promovam a democratização da gestão dos sistemas de ensino e das instituições educacionais, com a participação de professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes, pais e/ou responsáveis e a comunidade local;
- Criar o Fórum Nacional e os Fóruns Estaduais de Educação das organizações sindicais que representam os trabalhadores em educação e organizações estudantis;
- Garantir a representação paritária (movimentos sociais e governo) nos fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, reconhecendo a pluralidade de saberes de modo a refletir a diversidade dos agentes e sujeitos políticos do campo educacional;
- Garantir a autonomia financeira, administrativa e pedagógica das IFEs, com representação dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;
- Garantir que os conselhos superiores das IES públicas e privadas sejam as instâncias máximas de decisão;
- Garantir a representação das organizações sindicais na criação e/ou consolidação de fóruns e conselhos estaduais, distrital e municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da alimentação escolar;
- Garantir autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das instituições públicas de educação, assim como a vivência da gestão democrática, do trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na elaboração dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;
- Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios e fóruns estudantis e de Associações de Pais e Mestres, assegurando, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento na instituição educacional;
- Estabelecer diretrizes nacionais para a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação, para a sua efetivação por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições educacionais públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união;
- Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos, além de ampliar o controle social no cumprimento das políticas públicas educacionais;
- Constituir fóruns paritários e regulares, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, para debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares nacionais;
- Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- Promover a gestão democrática no sistema de ensino por meio de mecanismos que garantam a participação dos profissionais da educação, familiares, estudantes e comunidade local: i) na elaboração ou adequação e implementação dos planos de educação; ii) no apoio e incentivo às instituições educacionais para a construção de projetos político-pedagógicos ou planos de desenvolvimento institucional sintonizados com a realidade e as necessidades locais; iii) na promoção e efetivação da autonomia (pedagógica, administrativa e financeira) das instituições de educação básica, profissional, tecnológica e superior;
- Criar estratégias para o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Educação – Proposta da , pressionando as diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal) para que ocorra a necessária

-
- Sociedade Civil, pressionando as diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal) para que ocorra a necessária integração entre seus planos de educação;
 - Lutar pela revogação das legislações municipais, estaduais e federal que ferem a organização da gestão democrática da educação brasileira;
 - Defender a liberdade e a autonomia de organização pedagógica, didática, curricular e de avaliação em todas as instituições de ensino;
 - Garantir a autonomia e gestão democrática do ensino básico, promovendo eleições diretas para as direções das escolas e implementando os Conselhos Escolares.

Debate sobre acesso e permanência:

- Exigir o cumprimento da legislação que trata a questão da acessibilidade, inclusão, permanência e garantia de qualidade na educação das pessoas com deficiência;
 - Garantir aos alunos as reais condições de estudo por meio de sistemas e mecanismos que permitam ter alimentação, transporte e moradia de qualidade, além de disponibilidade ao material de estudo, deixando claro que a gratuidade do ensino não se refere apenas à ausência de taxas e mensalidades;
 - Garantir a presença de profissionais de assistência social atuando na educação básica, e equipes multidisciplinares em todos os níveis de ensino;
 - Assegurar aos estudantes universitários moradia digna (Casas do Estudante), transporte e alimentação (Restaurantes Universitários) de qualidade, inclusive nos cursos noturnos, com a gradual extinção do fim do auxílio-aluguel e auxílio-transporte;
 - Exigir do Governo Federal verbas específicas no orçamento das Instituições de Ensino públicas para assistência estudantil;
 - Proibir a utilização de estagiários e estudantes ligados ao Bolsa-Trabalho nas universidades públicas como mão-de-obra barata na substituição de técnicos-administrativos de carreira;
 - Exigir que o valor das bolsas de Pesquisa, de Extensão e outras, praticadas nas universidades públicas, seja ampliado, equiparando-se ao valor do salário-mínimo brasileiro;
 - Lutar pela liberação de direitos autorais de material didático (livros e periódicos) a fim de que os estudantes possam ter acesso ao conhecimento científico, artístico, filosófico e cultural da humanidade, praticando o copyleft e até o domínio público;
 - Exigir recursos orçamentários específicos para alimentação de estudantes de escolas públicas, aplicados em áreas do próprio estabelecimento de ensino;
 - Lutar contra o impedimento de acesso de alunos nas escolas em razão de fardamento;
 - Garantir a criação de creches nas IES em número e condições necessárias, e com qualidade;
 - Lutar para que o transporte coletivo brasileiro seja 100% estatal e que o estudante tenha direito ao passe livre, já;
 - Lutar pela ampliação do número de vagas de estudantes nas universidades públicas, com a consequente garantia de contratação de professores e técnico-administrativos em educação em número adequado, além do próprio espaço físico.
-

Etapa Mato Grosso do Sul

26 e 27 de Julho de 2014

- Apoio à greve dos professores da rede pública de Dourados;
- Defesa da escola pública e dos 10% do PIB já para Educação pública gratuita, laica, plural, de qualidade e socialmente referenciada;
- Luta pelo cumprimento do piso salarial nacional dos professores da educação básica aprovado pelo congresso;
- Combate à meritocracia na Educação;
- Defesa das eleições diretas e paritárias nas instituições públicas e privadas de ensino, da educação básica a superior, e da democratização dos conselhos deliberativos dessas;
- A luta para o cumprimento da legislação que prevê às escolas indígenas e garantias de concurso específico para os professores indígenas;
- Retomada das pautas reivindicativas apresentadas na última ocupação da reitoria da UFMS;
- Solidariedade aos povos indígenas de MS. Defesa da retomada e da autodemarcação como táticas legítimas e justas de luta. Defesa da autodeterminação dos povos indígenas. Demarcação já!;
- Moção de solidariedade ao povo palestino;
- 50% de carga horária para docência e 50% para planejamento das aulas e aprimoramento, além da viabilização de atividades de pesquisa e extensão para professores da educação básica;
- Defesa da equiparação entre o salário da educação básica e superior, com base nos salários dos pesquisadores de institutos vinculados ao ministério de ciência e tecnologia;
- Reformulação dos critérios de avaliação da educação superior e fim das sanções aos cursos cujos estudantes optaram pelo boicote ao ENADE;
- Combate à precarização do trabalho na modalidade de educação à distância;
- Moção ao Partido Comunista Ucraino;
- Defesa da escola de tempo integral como proposta de formação humana;
- Defesa do ingresso de docentes no ensino público (básico e superior) exclusivamente por meio de concurso público, com a criação de vagas de forma a suprir as demandas de serviço, bem como da isonomia trabalhista e da equiparação salarial durante a vigência dos contratos temporários;
- Exigência do imediato arquivamento dos processos administrativos e judiciais contra os 15 estudantes que ocuparam a reitoria da UFMS em 2013, anistia aos estudantes que participaram e apoiaram tais movimentos. Contra a criminalização do movimento estudantil, fim das perseguições políticas!;
- Solidariedade aos militantes da FIP (Frente Independente Popular), perseguidos políticos no RJ;
- Fomento das entidades estudantis de base (CAs, grêmios e etc);
- Defesa da efetiva implementação da Educação Escolar Quilombola, prevista pelas diretrizes nacionais da educação básica;
- Defesa da aplicação da Lei 10.639/2003 e de educação para as relações étnico-raciais nas escolas e universidades, como estratégia de combate ao racismo;
- Defesa do programa específico de permanência para estudante cotista (população negra, quilombola e indígena);
- Defesa da titulação dos territórios quilombolas e a desinversão dos territórios regularizados;
- Implementação de um novo modelo de curso de licenciatura nas universidades, possibilitando uma formação mais efetiva;
- Defesa de transparência na administração e gestão de recursos nas instituições de ensino;
- Garantia de acesso livre dos estudantes ao nível superior e fim dos processos seletivos. O acesso direto nas universidades como forma de continuidade da educação do sujeito;
- Criação de fóruns nacional e estaduais de discussão de assistência estudantil, sem a participação de patronais

-
- e sem mediação (tutela) estatal;
 - Pelo fim do investimento do dinheiro público nas universidades privadas e pelo fim da privatização dos serviços educacionais nas instituições públicas de ensino;
 - Transição do aluno prounista do ensino privado para o ensino público;
 - Criação de fórum permanente e independente para discutir educação e trabalho;
 - Estudo e discussão do Plano Estadual de Educação;
 - Abertura de cotas para indígena no IFMS;
 - Imediata conclusão e estruturação do campus de Campo Grande do IFMS;
 - Cumprimento da lei da autonomia da UEMS que garante o repasse de 3% do ICMS;
 - Agilidade na conclusão da obra do campus Campo Grande da UEMS.
-

Etapa Paraná

15, 17, 23 e 24 de maio de 2014

Debate sobre condições de trabalho, financiamento e democracia nas Instituições Federais de Ensino Superior:

- Exigir a aplicação de 10% do PIB para a educação pública, JÁ;
- Lutar pela suspensão do pagamento da dívida pública;
- Trabalhar permanentemente nos movimentos sociais no sentido da mobilização, considerando que os grandes acontecimentos históricos só se dão pelas grandes mobilizações;
- Diálogo entre os movimentos da educação e os movimentos sociais;
- Lutar pela atualização do PNE da sociedade brasileira;
- Rearticulação da construção de um movimento que contemple a todos e todas, sem discriminações;
- Buscar perspectivas estratégicas para o enfrentamento do capitalismo;
- Reivindicar políticas para os estudantes que contemplem segurança, assistência estudantil, acessibilidade, entre outras;
- Tornar visível a universidade, pela redescoberta da colagem no cotidiano das pessoas, i.e., uso de linguagem e significativos é ligada aos desejos das pessoas;
- Discutir o objetivo da educação para o Brasil, alinhando-o com um projeto de país;
- Usar espaços políticos que já existem. e.g.: instrumentalizando os estudantes no início da graduação como afirmação concreta de diversidade;
- Dar ampla publicidade dos destinos internos das verbas nas IFES (departamentos, setores, unidades, etc.);
- Distribuição de verbas associando áreas (e.g. humanas é costumeiramente sub representada) a necessidades estratégicas;
- Repensar a capacitação de professores;
- Posicionar-se claramente por uma política de extensão universitária, definindo condições/atributos de campo que posicionem os objetivos sociais de maneira concreta, i.e. como instrumentos de conquista política;
- Estratégias devem ser dinâmicas e dinamizáveis, i.e., recuperar a memória e o conhecimento das lutas pelo ensino de maneira semelhante ao que já acontece nos movimentos sociais.

Debate sobre financiamento e autonomia das Universidades Estaduais do Paraná:

- Defender os 10% do PIB, para a educação pública, JÁ;
- Defesa da autonomia nas universidades estaduais;
- Ampliação dos recursos para permanência estudantil, bem como seu financiamento;
- Construção de casas estudantis, restaurantes universitários e ampliação nos números de bolsas auxílio permanência;
- Ampliação do quadro de técnicos administrativos e docentes na IES;
- Aumento da verba destinada a custeio das IES;
- Ampliação da segurança dentro das IES;
- Criação de centros médicos, dentro da IES para prestação de atendimento a comunidade acadêmica;
- Combater as opressões (machismo, racismo, homofobia (translesbofobia)) dentro das IES;
- Melhorias na estrutura física da IES;
- Pela não desvinculação dos Hospitais Universitários, bem como o aumento do quadro funcional e recursos para

-
- seu funcionamento;
 - Que exista uma direção tripartite nas reitorias das IES (docentes, técnicos administrativos e estudantes);
 - Ampliação e fortalecimento das licenciaturas;
 - Que volte a existir a FELEP (Frente Estadual de Luta na Educação do Paraná), para que se possa debater em todas as suas esferas;
 - Fim da lista tríplice (nomeação do reitores por parte do governo do Estado);
 - Realizar ou retomar os estudos sobre custo/qualidade e educação no Estado do Paraná;
 - Paridade nos conselhos deliberativos nas IES;
 - Aprofundar o debate sobre autonomia universitária.

Debate sobre política educacionais e qualidade do ensino básico e profissionalizante:

- Que a educação seja uma política de Estado e não de governo;
- Construir uma nova proposta de organização do modelo escolar;
- Necessidade de mobilização coletiva para a luta em defesa da educação no país, para colocar a educação em pauta;
- Ampliação do número de laboratórios para os cursos técnicos/tecnologia;
- Cobrar financiamento e investimento na educação em todos os níveis;
- A luta deve ser pela garantia de funcionamento básico, contra a exigência de se fazer projetos e se submeter a editais.

Debate sobre concepção de educação e relações do ensino superior e psicologia sócio cultural e debate sobre financiamento da educação no Brasil não tiveram encaminhamentos.

Debate sobre cenário de lutas da educação nacional:

- Lutar pela expansão da universidade pública, mas com mais docentes e técnicos administrativos, com acesso e permanência aos estudantes;
 - Retomar articulações entre docentes, técnicos administrativos e estudantes, pensando o Encontro Nacional de Educação como um pontapé para repensar a educação;
 - Fazer mobilizações e greves fortes a ponto de demover o governo do direcionamento que vem tomando.
-

Etapa Piauí

26 de Julho de 2014

Propostas Gerais:

- Que o comitê estadual do ENE Piauí construa o ato do dia 28 de Agosto em defesa das entidades sindicais e contra a criminalização dos movimentos sociais pela prefeitura de Teresina;
- Que, após o ENE, fortaleçamos um espaço contínuo de unidade das entidades, movimentos sociais e ativistas que participaram do espaço, afim de concretizar a agenda de lutas do próximo período em defesa da educação pública;
- Fortalecer a luta pela desmilitarização da PM e contra a Criminalização dos Movimentos Sociais;
- Lutar pelo combate a criminalização dos movimentos sociais;

Sobre Privatização da Educação

- Combater a educação como mercadoria por meio de debates sobre a essência da educação pública e de qualidade como um direito social;
- Lutar pela universalização da educação pública com aplicação dos investimentos dos recursos públicos exclusivamente na educação pública;
- Incluir no PNE da sociedade brasileira a garantia da universalização da educação infantil;
- Exigir uma auditoria da dívida pública e defender o não pagamento dessa dívida como forma de ampliar a aplicação dos recursos públicos exclusivamente para educação pública;
- Contra todas as formas de PPPs: FIES, PROUNI, REUNI, Educação a distância, sistema S, PRONATEC, PRONACAMPO e aplicação desses recursos exclusivamente para a educação pública.

Sobre Passe – Livre:

- Organizar a juventude e os trabalhadores para lutar pelo passe-livre, iniciando a discussão no estado com a construção de um comitê pelo passe-livre;
- Fazer luta contra a restrição da meia-entrada, realizando amplos debates e denúncias;
- Que as entidades que constroem o ENE criem uma cartilha sobre Passe-Livre;
- Construir a Campanha: Fora Máfia do SETUT, R\$ 2,10 Não Dá.

Sobre Financiamento da Educação:

- Contra a aplicação de dinheiro público na iniciativa privada;
- Reafirmar, no PNE da Sociedade Brasileira, que o investimento público seja destinado, exclusivamente, no setor público;
- Revisar o regime de repartição previsto na Constituição Federal de 1988;
- Incremento do financiamento nas escolas do campo, a fim de elevar o patamar de qualidade das escolas rurais.
- Participação mais efetiva, inclusive com acesso à informações relevantes, na definição do orçamento público para a Lei Orçamentária;
- Lutar para incluir na matriz curricular, nas devidas proporções, no ensino fundamental, médio e superior as discussões sobre financiamento da educação;
- Exigir que a definição do custo aluno qualidade seja balizada pelo referencial do custo aluno qualidade inicial;
- Propor mecanismos de fiscalização e controle da execução e cumprimento das metas do PNE da sociedade brasileira, em que haja participação das entidades nacionais de classe da área educacional e movimentos sociais;
- Reavaliar a administração da educação pela instituição nas universidades federais estaduais e no âmbito da educação estadual e municipal mediante a suspensão de projetos como “alfabeto”, “acelera”, “mais educação”,

-
- “alfasol”, que terceirizam a educação e são tecnicista e sem qualidade;
 - Suspensão dos projetos que transferem recursos públicos para programas, a exemplo de FIES, PROUNI, PRONATEC etc;
 - Reavaliar todos os programas institucionais de bolsas, concedido pelo governo federal;
 - Construir mecanismos para que não haja financiamento, bem como maior fiscalização e exigências antes de autorizar o funcionamento, procurando a diminuição paulatina de instituições privadas. Rumo à estatização de todo o sistema! Educação não é mercadoria!;
 - Dispor, no PNE da Sociedade Brasileira, sobre permanência estudantil, da creche à pós-graduação, consolidando o PNAES e o PNAEST como Política de Estado, com investimento de 2,5 bilhões para o primeiro programa (proposta do Comando Nacional de Greve Estudantil em 2012);
 - Estruturação da carreira única do/a professor/a;
 - Anulação dos leilões do Pré-sal;
 - Pelo fim da Lei das Terceirizações. Concurso público para atividades-meio, não só para atividades-fim;
 - Contra a pós-graduação paga (FIES da Pós);
 - Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas de pessoas físicas e jurídicas, direcionando à educação;
 - Incrementar o PNAEST e desvincular da adesão ao ENEM;
 - Por democracia nas decisões! Paridade já na composição de conselhos deliberativos e comissões de gestão, em todos os níveis;
 - O financiamento da educação deve ser pautado no Orçamento Geral da União e, portanto, não esteja vinculado a uma base finita de recursos – como, por exemplo, os royalties do pré-sal.

Propostas de ação sobre Financiamento:

- Retomar a campanha por 10% do PIB para a educação pública já, rumo à 15% do PIB em 2020, na disputa do orçamento da União em 2015;
- Lutar por aumento salarial real para todas as categorias dos profissionais de educação;
- Lutar pela ampliação dos concursos públicos para docentes efetivos, em todos os níveis.

Sobre Gestão Democrática:

- Lutar pelo voto universal entre estudantes, servidores e professores;
 - Proporcionalidade da formação dos órgãos colegiados. Aproximar de toda comunidade acadêmica o que é e a importância da participação nos colegiados;
 - Eleição aberta para as diretorias das escolas e universidades;
 - Que os gestores das escolas sejam escolhidos por pais, alunos e servidores;
 - Todo servidor da educação deve entrar através de concursos públicos. Pelo fim da terceirização;
 - Cumprimento efetivo da Lei 12014/2009. (Lei Federal de Regulamentação de quem seriam os profissionais da educação);
 - Que seja garantida a paridade das vagas de diversos setores dentro dos conselhos universitários;
 - Criação de instâncias deliberativas de participação direta de todos os setores nas instituições de ensino;
 - Estender o princípio de gestão democrática para toda educação;
 - Obrigatoriedade das disciplinas de sociologia e filosofia a partir do 6º ano;
 - Garantir as condições de constituição e funcionamento das entidades de representação dos segmentos em instituições de ensino;
 - Pelo fim da Lista Tríplice;
 - Transparência nas prestações de contas das instituições de ensino, garantindo a ampla divulgação destas;
 - Combater a imposição da cultura dominante existente em sala de aula, respeitando as diferenças e promovendo a democratização da educação;
 - Garantir que os orçamentos das instituições de ensino sejam elaborados com a participação de todos
-

Etapa Planalto e Pantanal

25 e 26 de Julho de 2014

Debate sobre acesso, permanência, transporte e passe livre:

- Fim do financiamento público do setor privado;
- Financiamento das políticas de permanência em instituições privadas pelos próprios empresários;
- Defesa do livre acesso em todos os níveis e modalidades do ensino público;
- Democratizar e universalizar as condições de permanência dos jovens trabalhadores na educação pública (acesso igualitário à pesquisa e extensão dentro da universidade/fim da proibição do acesso às bolsas de pesquisa por parte de usuários de assistência estudantil);
- Fim da contrapartida para estudantes usuários da assistência estudantil;
- Vinculação obrigatória da expansão das instituições ao aumento dos recursos destinados para restaurantes, moradia estudantil e outras políticas de permanência;
- Conceber a política de assistência como uma totalidade que aborde transporte, moradia, alimentação e saúde física e mental;
- Estatização do transporte com tarifa zero, sob controle de trabalhadores e usuários;
- Ampliação das políticas de assistência à pós graduação na sua totalidade, voltada para estudantes trabalhadores.

Debate sobre privatização, mercantilização e financiamento:

- Disseminar para a sociedade brasileira as informações do diagnóstico atual da educação brasileira;
- Discussão sobre concepção de educação (vinculado a um projeto de sociedade);
- Não pagamento da dívida pública, com auditoria pública sob o controle dos trabalhadores. Contra a lei de responsabilidade fiscal;
- Greve geral unificada da educação, em data a ser definida, com assembleias unificadas e comitê intersindical dos comandos de greve;
- 10% do PIB, somente para a educação pública;
- Lutar pelo imposto das grandes fortunas e pelo imposto progressivo;
- Lutar contra EBSEH;
- Formação de fórum local, estadual, regional e nacional em defesa da Educação Pública;
- Construir um PNE dos trabalhadores e trabalhadoras, elaborado e garantido a partir do poder de pressão da classe trabalhadora;
- Que a apresentação e construção de uma proposta alternativa ao PNE seja pautada em uma discussão profunda de concepção de educação e que seja articulada a uma discussão de projeto de sociedade. Um projeto emancipatório de educação somente pode ser construído fora dos marcos do capitalismo;
- Abaixo o PNE privatista;
- Federalização da rede privada de ensino superior, sem indenização;
- Fim das fundações privadas ditas de apoio: fortalecimento das fundações públicas sob controle dos estudantes e trabalhadores;
- Verba pública exclusivamente para a educação pública.

Debate sobre democracia, avaliação e meritocracia:

- Verbas públicas exclusivamente para educação 100% pública. 10% do PIB para a educação pública já;
- Contra a criminalização das lutas sociais;

-
- Contra o processo de privatização dos HU's em curso através da EBSEH. Pela aprovação da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) contra a lei que criou a EBSEH. Por orçamento e pessoal suficientes para o adequado funcionamento dos hospitais universitários;
 - Eleições diretas e no mínimo paritárias para diretores e reitores de escolas, institutos e universidades. Revogação dos dispositivos legais que atuam impedindo a implantação de participação no mínimo paritária em eleições e órgãos colegiados;
 - Contra a retirada de direitos dos profissionais da educação. Não à reforma previdenciária e ao FUNPRESP;
 - Aposentadoria integral para os trabalhadores em educação, e defesa da aposentadoria especial;
 - Não ao PL 92/07 e demais medidas privatistas no serviço público;
 - Gestão democrática, assegurado dotação orçamentária para o pleno exercício do Projeto Político Pedagógico;
 - Contra o assédio moral e as perseguições nos locais de trabalho;
 - Campanha de combate ao machismo, à homofobia e ao racismo nas instituições de educação;
 - Implantação das Leis Federais números. 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;
 - Ampliação e democratização da oferta e do acesso aos cursos de capacitação em libras para professores;
 - Definir nas Instituições Educacionais política de assistência estudantil e condições de permanência para estudantes de baixa renda, desde o primeiro semestre;
 - Liberdade de organização sindical, e condições para a participação nas atividades classistas;
 - Universalização do acesso às creches, à educação infantil, fundamental, médio e superior, assegurando atendimento em tempo integral, e assegurando o pleno atendimento especializado a portadores de necessidades especiais. Fim do vestibular, ENEM, PAS e qualquer filtro de acesso;
 - Ampliação e massificação do acesso ao ensino superior, assegurando orçamento para construção, custeio e pessoal necessários a um processo com qualidade. Contra a precarização dos docentes e técnico-administrativos;
 - Redução da Jornada de Trabalho para 30 horas, sem redução de salário;
 - Garantia da autonomia universitária assegurada na constituição, contra as ingerências protagonizadas pelo MEC, AGU e MPOG;
 - Avaliação diagnóstica, global, formativa, participativa e emancipatória, dentro das especificidades regionais. Contra o viés regulatório imposto pelo mercado;
 - Reconhecimento da necessidade de superação das desigualdades socioeconômicas. Em defesa das cotas sociais e raciais, proporcionais aos dados estatísticos do IBGE, no acesso aos serviços e aos postos de trabalho das instituições de ensino;
 - Ampliação das verbas de custeio das instituições educacionais públicas;
 - Imediata implantação do piso nacional do magistério, e correção desse valor tendo como referência o salário mínimo do DIEESE;
 - Tempo de preparação da aula integrado à jornada de trabalho;
 - Contra a precarização e uso de temporários para caráter permanente, por concursos públicos para cargos efetivos para suprir o déficit de profissionais na educação;
 - Investimento na melhoria da rede física das unidades escolares;
 - Redução do número de alunos por sala para os seguintes limites: anos iniciais do ensino fundamental com no máximo 20 alunos; anos finais do Ensino Fundamental com no máximo 25 alunos; ensino médio com no máximo 30 alunos;
 - Elaboração de uma política de formação continuada para todos os profissionais da educação dentro da jornada de trabalho;
 - Elaboração de uma política de formação continuada e adicional para os profissionais que atendem alunos portadores de necessidades especiais;
 - Regulamentação do atendimento em todas as escolas de profissionais de assistência educacional (fonoaudiólogo, assistente social, fisioterapeuta, psicólogo);
 - Proposta curricular construída com os professores e a comunidade escolar, além da oferta de todas as
-

- disciplinas em todos os anos;
- Manutenção e ampliação dos laboratórios nas unidades escolares;
- Distribuição de turmas e aulas respeitando a habilitação do professor;
- Campanha pela não mercantilização da educação. Educação é serviço público e tarefa estratégica, direito de todos e dever do estado;
- Estatização e expropriação sem indenização de todas as instituições privadas;
- Rechaçar processos de avaliação de caráter de ranqueamento como pretexto para distribuir verbas para as unidades educacionais;
- Não pagamento da dívida pública, para garantir verbas para educação;
- Contra a lógica privatista do PNE aprovado (7 votos). Contra o PNE privatista (4 votos). Campanha de esclarecimento e comparação entre o PNE-SB, o PNE atual e as reivindicações da população. Iniciar a atualização do PNE-SB;
- Ampliação da democracia nas instituições educacionais;
- Criação de leis de gestão democrática nos estados e municípios onde não houver;
- Criação de conselhos escolares paritários deliberativos com poderes acima dos diretores escolares;
- Criação de assembleias como maior fórum de decisão de cada instituição escolar com periodicidade definida;
- Reformulação dos conselhos escolares, incluindo representação dos segmentos das comunidades escolares (professores, trabalhadores técnico-administrativos, pais e estudantes), e também nos organismos de administração escolar intermediários (regionais de ensino);
- Contra a militarização de escolas públicas. Campanha pela criação de uma política de segurança escolar baseada nas entidades e conselhos das instituições escolares;
- Garantir conselhos populares da educação, classistas, autônomos e independentes dos governos e empresários;
- Criar instrumentos normatizadores e reguladores que viabilizem a construção de indicadores qualitativos que coadunem dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão, visando equiparação e efetividade da avaliação institucional e de cursos (pedagógica) de modo processual e sistemático no âmbito das instituições;
- Propor estratégias para combater os processos privatizantes das práticas acadêmicas, a serem desenvolvidas com a sociedade, garantindo a gratuidade e a excelência das ações, e a relação dialógica sociedade-universidade;
- Pelo fim do sistema meritocrático de perpetuação das desigualdades dentro da educação. Pela equiparação das condições de estudo e trabalho para professores, estudantes e técnico-administrativos;
- Por um sistema de avaliação da educação idealizado e aplicado pelas próprias instituições de educação;
- Formação de um vigoroso movimento das classes trabalhadoras e das massas populares que compreenda a educação como um complexo social articulado com o processo de reprodução do sistema sócio metabólico do capital. Neste sentido, necessidade de reafirmação da luta socialista como estratégica para a superação dos limites estruturais da reprodução capitalista, articulando a luta educacional com as lutas sociais emancipatórias;
- Luta por uma educação popular voltada para a formação omnilateral do ser humano, bem como para o mundo do trabalho.

Debate sobre precarização das condições de trabalho:

- Defesa do Plano de Luta dos Trabalhadores da Educação: Por uma política efetiva que seja contra as formas associadas de exclusão e opressão, motivadas por preconceitos e discriminações de natureza étnico-racial, orientação sexual ou identidade, de gênero ou de qualquer outra, decorrente de conteúdos ou condutas incompatíveis com a dignidade humana. A criação do plano de lutas abrange ou ações. E a concepção de que o assédio moral decorrente do embate ideológico e partidário;
- Proposta de Minuta de projeto de lei (a ser aprovada na câmara e no senado) para ampliação do conceito de assédio moral para violência moral com vistas a criminalização de qualquer ato que atente contra a dignidade humana e vida dos trabalhadores. Tomando como base nos construtos das pesquisadoras Mary France Hirigoyen e Maria Esther Freitas, entendendo como ato de violência e constrangimento, isolamento, discriminação e perseguições, além da falta de condições físicas de trabalho;

-
- perseguições, além da falta de condições físicas de trabalho;
 - Proposta do coletivo – Campanha nacional de combate ao assédio moral e violência no ambiente de trabalho para a formulação de uma nova concepção e tipificação do assédio moral e jurídico. Construção de seminários, congressos para o segundo semestre de 2014. Integração no Plano de Lutas.
 - Rede nacional de apoio e defesa de todos os trabalhadores, concursados ou precarizados, contra as opressões e assédio morais: a) apoio jurídico, psicológico, político e financeiro;
 - Discussão e a criação de uma nova pedagogia progressista e tripartite – comunidade, democrática, autônoma e a serviço dos trabalhadores;
 - Criação de um fórum permanente dos trabalhadores para a unificação da pauta dos diversos segmentos;
 - Pelo fim das terceirizações e efetivação desses trabalhadores nessas condições (rejeito com 30%);
 - Pelo fim das terceirizações contratação de servidores exclusivamente a partir de concursos públicos;
 - Criação de mecanismos específicos de concursos públicos para aqueles que já estão em atividades, mesmo terceirizadas ou precarizadas ferem a questão de isonomia;
 - Abaixo ao novo PNE governista de Dilma e do PT e não ao Novo PNE;
 - Contra a privatização dos serviços públicos, processo que submete os/as trabalhadores/as à gestões e regimes de trabalho em que há discriminação entre os diferentes segmentos dos/as trabalhadores;
 - Reconhecimento como trabalhadores em educação e como estudantes, articulando políticas;
 - Propor a criação de uma rede de estudos e pesquisas sobre condições de trabalho, estudo e carreira dos trabalhadores em educação, articulando as entidades de luta da classe trabalhadora no Encontro Nacional que organize um diagnóstico sobre as condições de trabalho e estudo em todos os níveis e modalidades da Educação (Educação básica e Ensino Superior). Esse estudo diagnóstico deverá orientar as entidades na construção de ações efetivas nos diversos locais de trabalho, construindo coletivamente nos movimentos uma postura articulada de enfrentamento contra a precarização das condições de trabalho, contra o assédio moral - decorrente das mais diversas formas de preconceito e discriminação de gênero, étnico-racial, identidade e ideológica;
 - Ampliar a luta nacional por um piso salarial profissional nacional que valorize de fato os trabalhadores em educação, com a fixação de data base, respeito aos dispositivos constitucionais e garanta uma educação pública, gratuita, socialmente referenciada e de alta qualidade;
 - Organização de uma campanha e luta em defesa da exclusividade de contratação em caráter efetivo e em dedicação exclusiva pelas redes públicas de ensino dos trabalhadores em educação;
 - Cumprimento do direito de reposição salarial anual de acordo com a inflação;
 - Pelo direito irrestrito de greve e contra a judicialização dos movimentos grevistas;
 - Concepções sobre condições de trabalho no serviço público, na educação pública atinja indistintamente os atores envolvidos no processo: Trabalhadores/as em educação e estudantes;
 - O processo de precarização das condições de trabalho é consequência da política de privatização dos serviços públicos e de mercantilização da educação levadas a cabo pelo poder público;
 - A precarização abrange ampla gama de aspectos ou atividades desenvolvidas no âmbito da educação pública;
 - Contra a terceirização do serviço público e contra a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada via OCC;
 - Não ao arrocho salarial do conjunto dos trabalhadores na educação;
 - O ERE indica ao ENE, no RJ dias 08 a 10 de agosto de 2014, um espaço para o relato presencial do professor Marcléo Rosseli, perseguido e demitido político no DF e em Valparaíso de Goiás.
-

Etapa Rio de Janeiro

26 de Julho de 2014

Debate sobre privatização mercantilização da educação: da creche a pós graduação:

- Lutar por uma formação crítica;
- Retomar o debate da estatização do ensino privado;
- Aglutinar outros setores da sociedade para a luta em defesa da educação;
- Debater a meritocracia em conjunto com o combate às opressões;
- Construção de critérios autônomos e qualitativos de avaliação do ensino;
- Construção de um projeto alternativo de educação da classe trabalhadora para a classe trabalhadora;
- Rejeição a LDB, que abre brechas para a privatização;
- Debater a Lei 10.639 e combater o racismo nas escolas;
- Valorizar a cooperação em detrimento da competição e a perspectiva;
- Delinear metas e práticas para frear o avanço do processo de privatização da educação pública;
- Denunciar o PROUNI como um projeto de privatização, não como ação afirmativa;
- Debater as cotas nas universidades públicas e privadas;
- Pensar uma atividade e paralisação unificada contra a criminalização;
- Unificação e fortalecimento do trabalho de base;
- Construção de formas diferenciadas de luta em todos os âmbitos da educação (da creche a pós-graduação) contra a privatização;
- Luta nacional contra a PNE;
- Campanha nacional contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Fazer um material didático para a disputa da sociedade;
- Denunciar projeto “Autonomia das escolas” da SEEDUC-RJ, e similares;
- Criação de um plano de luta unificado dos trabalhadores da educação.
- Debate sobre financiamento da educação pública:
 - Retomar o debate sobre os problemas estruturais da educação;
 - Reiterar a bandeira dos 10% do PIB para a educação pública e gratuita, para um outro projeto de educação. Problematizar o PIB, relacionando-o ao modelo de financiamento. Queremos 10% do PIB, mas não que este cresça através do agronegócio, Belo Monte e deste modelo de extrativista. Pensar a política econômica rompendo com o atual dogma do superávit primário e da desregulação do sistema financeiro;
 - Ligado a esta questão do modelo de desenvolvimento e questão do financiamento, surgiu muito forte o debate sobre os ROYALTIES (como falsa solução), pois são oriundos de um modelo de extração privatista, incidem apenas cerca de 15% da renda gerada na extração, seu papel seria combater danos e passivos ambientais e não financiar a educação, além disso, representam apenas aproximadamente R\$ 33 bilhões, frente aos R\$ 240 bilhões necessários para atingir os 10% do PIB;
 - Debate sobre o financiamento se relaciona com o eixo de privatização, pois a ausência do Estado se dá para privilegiar o financiamento privado as pesquisas e não a produção do conhecimento, por meio de empresas privadas que condicionam alocação de recursos e produção de conhecimento para atender aos seus problemas e não aos anseios da população. Fim das fundações privadas. Fim do financiamento via fundos (FUNDEB, etc);
 - Necessidade de uma auditoria cidadã da dívida, visando a denúncia e não pagamento de dívidas espúrias e ilegítimas. Assim, esses recursos poderiam ser destinados à saúde e educação (isso seria priorizar a população frente aos rentistas);
 - Questão do “Pacto Federativo”. Questões: Federalização: queremos? Sistema Nacional de Educação. LRF: que impõe limites a gastos com pessoal, impondo portanto limites à expansão pública do ensino;

-
- Questões do controle social: propomos mecanismos de decisão sobre alocação/destinação das verbas públicas pela população;
 - Crítica às isenções tributárias (aproximadamente 4% do PIB) e sonegação (aproximadamente 9% do PIB) e à estrutura tributária (recessiva) brasileira;
 - Atualização Art. 212 (devido ao envolvimento dos impostos vis-a-vis o aumento das contribuições sociais);
 - Questões de carreira e condições de trabalho. Precisamos tratar da materialidade do financiamento, reivindicando mais financiamento para investimento (criação de escolas/universidades, laboratórios);
 - Financiamento para pessoal x terceirização;
 - Fim da lógica custo-aluno que condiciona verbas ao número de matrículas;
 - Questão da assistência estudantil: romper com lógica assistencialista das verbas do PNAES;
 - Cumprimento dos 25% das receitas tributárias do município para educação, que não são cumpridos muitas vezes;
 - Cumprimento da constituição do estado que prevê os 6% da receita líquida para UERJ, UENF e UEZO.

Debate sobre precarização das atividades dos trabalhadores:

- Fortalecimento das estruturas democráticas coletivas;
- Fortalecimento das organizações sindicais;
- Fortalecimento de práticas coletivas nas instituições de ensino;
- Aprofundamento/fomento do conceito de “público”;
- Utilizar a crítica ao PNE vigente como denúncia;
- Construir a unidade dos trabalhadores (crítica às condições sindicais burocratizadas);
- Unificação das carreiras dos trabalhadores da educação;
- Efetivação dos profissionais da educação que estão em serviço;
- Democratização/controlado das verbas pelos trabalhadores;
- Compromisso com a construção e realização de um ENE forte.

Debate sobre avaliação meritocrática e educação:

- Comitês de formação em defesa da escola pública;
 - Centralidade do PPP para definir a melhor forma de avaliação diagnóstica;
 - Por uma educação pública e de qualidade, que preze pela liberdade de organização e expressão dos trabalhadores e da juventude;
 - 10% do PIB para a educação pública já!
 - Piso nacional para a educação básica pelos índices do DIEESE;
 - Resistência e boicote as avaliações externas e ao conexão;
 - Ocupar as estruturas nas escolas (Associações de pais, grêmios livres, fóruns, conselhos escolares);
 - Eleição direta para diretor de escola, ampliação da democracia e do debate pela autonomia pedagógica nas redes públicas de ensino;
 - Paridade nos órgãos colegiados nas universidades;
 - Autonomia dos professores no desenvolvimento de projetos nas universidades;
 - Autonomia da comunidade universitária em desenvolver projeto incluindo alunos;
 - Ampliar a extensão universitária;
 - Campanha nacional contra a meritocracia em defesa do público;
 - Estratégias para introduzir o debate da meritocracia para os estudantes;
 - Materiais que mostrem os malefícios da meritocracia.
 - Recuperar o FEDEP estadual e local;
 - Construir um fórum nacional de educação;
-

-
- Currículo construído pela comunidade escolar;
 - Espaço virtual de articulação;
 - Contra o PNE privatista do governo Dilma e do PT, por um PNE construído pela classe trabalhadora e juventude.

Debate sobre democratização da educação:

- Luta por escolas indígenas/do campo – recursos;
- Rever maioria nos conselhos FUNDEB;
- Garantir creches para permanência na escola;
- Paridade nos fóruns deliberativos;
- Professor não fazer além de suas funções (contra terceirização);
- Regulamento da profissão de professor;
- Federalização da Educação;
- Eleição direta para gestores (escolas e universidades);
- Liberdade e autonomia para grêmios;
- Fortalecimento universidade popular;
- Universalização do ensino superior público;
- Fortalecimento sindicatos e movimentos sociais;
- Formação e estrutura para garantir inclusão (necessidade especiais);
- Fim das avaliações externas;
- Fortalecer conselhos como espaço de deliberação de questões essenciais dos destinos da escola;
- Incorporação na pauta dos sindicatos a implementação da Lei nº10639/03;
- Aprofundar debate sobre questões raciais no Encontro Nacional;
- Contra gestão meritocrática e tecnicista do PNE.

Debate sobre acesso e permanência:

- Ampliar políticas de acesso à educação, com maior investimento nas públicas, já que o governo investe prioritariamente no ensino privado;
 - Ampliar a verba do PNAES de 670 milhões para 2,5 bilhões;
 - Universalizar acesso de estudantes e demais setores, pais e mãe, a vagas na educação infantil;
 - Ampliar as verbas da permanência nas estaduais, educação básica e médio;
 - Passe livre, irrestrito e universal;
 - Políticas de saúde do estudante e profissionais da educação;
 - Garantir moradia de qualidade e universal;
 - Criar e ampliar políticas de combate às opressões;
 - Melhorar infraestrutura de escolas, universidades e creches;
 - 10% do PIB já;
 - Fim do vestibular;
 - Criação de cursos noturnos;
 - Acessibilidade a pessoas com deficiência física e mental;
 - Plano de assistência a pró-unistas e FIES;
 - Garantir materiais didáticos;
 - Fim da jubilação nas escolas e universidades;
 - Ampliação de pré-vestibulares populares;
 - Ter em mente a necessidade da ampliação do número de vagas nas universidades públicas, defendendo o livre acesso à educação, como a necessidade do livre acesso à universidade;
-

-
- Defesa ampla contra a mercantilização do ensino, estatização das universidades privadas em falência;
 - Assistência estudantil como política universal, tendo também a necessidade da assistência estudantil para os estudantes das instituições privadas, principalmente os que têm PROUNI e FIES;
 - Ampliar número de pedagogas e assistentes sociais.

Debate sobre passe livre e transporte público:

- Levar para o ENE a discussão do modelo de transporte;
- Mês de agosto: luta pelo passe livre. Convocar mais pessoas na rua;
- Transversalizar as lutas: ampliar o passe livre e agregar a pauta da tarifa zero na discussão de modelo cidade;
- Todas as estratégias devem assumir essa pauta como sua;
- Pensar um modelo de tarifa zero e de passe livre.

Etapa Rio Grande do Sul

30 de maio a 01 de junho de 2014

Debate sobre educação e transporte:

- Lutar para que seja garantido o direito de ir e vir através de transporte público, coletivo e de qualidade;
- Que o transporte público facilite a circulação de sujeitos que vivem em periferias, afastados do centro da cidade, e zona rural;
- Compreendemos que a evasão/expulsão dos estudantes da escola e da universidade se dá, muitas vezes, pela falta de políticas de acesso e permanência a esses locais. Por isso lutaremos pela ampliação de políticas públicas para acesso e permanência dos estudantes nos seus ambientes de estudo;
- Defender o transporte público, gratuito e de qualidade para estudantes moradores das áreas rurais que vivem longe de seus locais de estudo;
- Apoiar permanentemente a luta dos rodoviários, metroviários, ferroviários, hidroviários e aeroviários;
- Que o transporte público efetive a acessibilidade a todxs;
- Lutar pela implementação de ciclovias e meios de locomoção alternativos (não motorizados) como forma de acesso à cidade.

Debate sobre educação e democracia:

- Defender eleições em todas as instâncias administrativas dos IFE's, escolas e universidades;
- Promover ações para articular escolas e universidades com as comunidades do entorno, estabelecendo uma relação mútua de construção de conhecimento;
- Promover e ampliar o debate em torno dos avanços e limites: da democracia representativa; do conceito de autonomia de escolas e universidades; do conceito de extensão e relação universidade, comunidade e movimentos sociais;
- Impulsionar o debate sobre a autonomia nos Institutos Federais de Educação, visto que estes não têm a autonomia garantida em lei;
- Defender o voto universal nas eleições para reitor e, no mínimo, a paridade nas instâncias decisórias das Universidades;
- Construir o ENE no sentido de ampliar a participação de sindicatos, movimentos sociais e organizações políticas da esquerda classista, com o objetivo de fortalecer as lutas contra a precarização do trabalho e da formação;
- Compreendemos que a organização do movimento estudantil (em grêmios estudantis, diretórios e centros acadêmicos) faz parte da formação política do sujeito. Prezamos pela autonomia, independência dos estudantes na construção de suas ferramentas organizativas;
- No PNE do governo, meta 19, a escolha para diretores de escola será feita através de concurso. Compreendemos que essa função não é meramente administrativa e defendemos que seja realizada por professores e/ou servidores eleitos de forma democrática, pela comunidade escolar;
- Fortalecer as lutas contra o assédio moral em escolas e universidades;
- Defender verbas públicas exclusivamente para a educação pública. Educação não é mercadoria!
- Lutar por melhor estrutura e manutenção das escolas, institutos e universidades, pois as condições materiais de trabalho e formação são afetadas diretamente pela questão da estrutura;
- Garantir a implementação imediata da Lei do Piso, tanto na questão salarial quanto do 1/3 de hora-atividade (pautando sua ampliação), independentemente da duração do período (13 períodos para jornada de trabalho de 20 horas e 26 períodos para jornada de trabalho de 40 horas);
- Avançar na discussão sobre políticas efetivas de formação continuada, no sentido de garantir melhores condições de trabalho e de formação aos/às trabalhadores/as em educação, garantindo autonomia e especificidade na formulação e no desenvolvimento dos processos pelas instituições educacionais;

-
- Defender as ações afirmativas e lutar pela garantia de permanência dos cotistas nas universidades, através da assistência estudantil universitária;
 - Contribuir na divulgação e implementação das leis 10.639/03 e 11.645/8, que tratam do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;
 - Exigir a implementação da lei 10.639/3 e 11.645/8. Efetivar diversas as leis de inclusão que promova a diversidade.

Debate sobre financiamento e precarização do trabalho:

- Defender um projeto de educação pública gratuita, laica, democrática e referenciada nas experiências da classe trabalhadora e nas lutas populares;
 - Acumular para a construção de um projeto de educação que conte com a participação efetiva das comunidades escolares (escolas, institutos e universidades) e das organizações de luta da classe trabalhadora;
 - Levar para o ENE a necessidade de construir fóruns de educação (municipais, estaduais e nacional), composto por entidades, movimentos sociais e demais organizações políticas, para avançar nas lutas e na articulação de trabalhadores em educação e estudantes, da educação básica, técnica e superior;
 - Construir materiais a respeito do financiamento da educação, com o objetivo de abrir um diálogo com a sociedade sobre o tema;
 - Aprofundar o debate sobre o financiamento da educação pública tendo como fonte a taxação das grandes fortunas e dos latifúndios, a progressividade dos impostos, o fim da isenção de impostos para as empresas, e demais medidas neste mesmo sentido;
 - Acumular sobre a atualidade da luta pelos 10% do PIB para a educação pública já!, problematizando se 10% hoje seriam suficientes e se é realmente o cálculo do PIB que pode responder aos problemas da educação no país;
 - Por uma reforma tributária em que se inverta a lógica da composição atual da tributação, em que as camadas mais pobres pagam mais do que as mais ricas;
 - Lutar para que as comunidades indígenas e quilombolas tenham estruturas eficientes para a sua educação. Garantir que os planos pedagógicos considerem suas culturas, efetivando a formação de professores bilíngues.
-

Etapa Roraima

25 e 26 de Julho de 2014

Debate sobre financiamento da educação:

- Verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente para a educação escolar pública;
- Modificação radical do modelo de financiamento da educação escolar pública. A destinação de recursos deve ocorrer via conta única, abolindo-se todas as outras formas secundárias de financiamento (FUNDEB e FNDE inclusive), as quais seriam direcionadas para uma conta única;
- O cômputo do orçamento destinado à educação deve considerar o valor per capita por aluno e não o percentual em relação ao PIB. Para fins imediatos de cálculo, sugere-se estipular como base de cálculo a média do valor per capita por aluno investido atualmente na Educação Superior (aproximadamente R\$ 11.000,00 / ano), passível de aumento;
- Tornar o controle do atual sistema de financiamento mais rigoroso;
- Assim como existe o INEP, deve ser criado um sistema de controle e acompanhamento do financiamento da educação, com transparência pública total, com dados sobre a origem das verbas, para quem e como são destinadas, como são investidas e gastas. Inclusive gastos com o FUNDEB e FNDE, financiamentos externos e de agências de financiamento internacionais, FIES, PROUNI, PRONATEC, Programas do MEC em todos os níveis escolares etc. Tal sistema deverá permitir acesso fácil e ágil e deve estar disponível a toda e qualquer pessoa interessada;

Debate sobre democratização da educação:

- Realização de eleições para constituição de conselhos escolares.

Debate sobre precarização das atividades dos trabalhadores da educação:

- Investir na valorização do trabalhador em educação nas dimensões da formação (inicial e continuada), da carreira profissional e das condições de trabalho;
- Garantir a cada unidade de ensino da Educação Básica e Ensino Superior dos sistemas públicos, os recursos materiais e humanos necessários para o desenvolvimento do trabalho educativo em condições dignas e condizentes com a tarefa de educar;
- Fortalecer os programas de formação inicial e continuada dos professores da área urbana, da zona rural e das escolas indígenas, assegurando um currículo que atenda as dimensões teórica, prática e política, ao mesmo tempo em que valorize os conhecimentos científicos produzidos e acumulados pela humanidade e as especificidades de cada realidade;
- Garantir condições de trabalho dignas para as escolas rurais e indígenas, de modo que seja garantido aos trabalhadores da educação o desenvolvimento de suas tarefas, mesmo estando longe das áreas urbanas;
- Garantir ao trabalhador aposentado as mesmas conquistas dos trabalhadores ativos, de modo que possam usufruir do seu direito à aposentadoria;
- Garantir o planejamento anual das necessidades materiais de cada unidade de ensino, de modo que seja superada a realidade tão comum nas escolas roraimenses de falta de carteiras escolares, mesas para o professor, pincel ou giz para quadro branco ou negro, papel para a realização de atividades e provas, tonner, tinta para impressora, lápis, caderno, caneta, apagador, cartolinas e papéis diversos, EVA, hidrocores, lápis de cor, régua, livros didáticos, etc;
- Garantir a cada unidade de ensino as condições dignas para trabalhar e aprender, tais como: ambiente climatizado, água potável em condições propícias para o consumo humano, bibliotecas, laboratórios de informática com acesso à internet, telefones (em Roraima, há anos que as escolas, mesmo as da capital passam longos períodos com a linha telefônica cortada);
- Desenvolver um programa de prevenção e combate à violência no ambiente escolar;

→Garantir um programa de saúde voltado para a prevenção e combate às doenças causadas pelo exercício do magistério nas condições de trabalho atuais, tais como: problemas psíquicos, desgaste da voz, problemas de vista, problemas respiratórios, problemas de coluna, tendinites, bursite, Síndrome de Burnout, etc.

→Eliminar no prazo de um ano os “contratos temporários” dos trabalhadores em educação e garantir concursos públicos periódicos para atender às necessidades dos sistemas de ensino;

→Eliminar os contratos terceirizados de trabalhadores da educação, especialmente, para o desenvolvimento de serviços gerais, que são vítimas de empresas que chegam a passar seis meses sem fazer o pagamento dos funcionários;

→Garantir em cada plano de carreira o tempo necessário para que os docentes possam realizar suas tarefas de ensinar, planejar, corrigir trabalhos, atividades e provas, elaborar material didático, estudar, participar dos colegiados escolares, projetos e reuniões, dentro da sua jornada de trabalho, sem ter que comprometer o seu tempo de descanso;

→Garantir ao professor o exercício do magistério na área para a qual foi contratado, evitando que os profissionais sejam obrigados a lecionar disciplinas para as quais não têm formação acadêmica;

→Valorizar e expandir os programas de formação inicial e continuada dos professores indígenas, de modo a atender às necessidades das comunidades indígenas e sua luta pela cidadania;

→Garantir planos de carreira que favoreçam o regime de trabalho com dedicação exclusiva do professor e dos trabalhadores em educação, de modo que com salários dignos, possam se dedicar a um único emprego.

Debate sobre avaliação meritocrática e educação não teve encaminhamentos.

Etapa Santa Catarina

10 e 12 de Julho de 2014

- Realizar estudos para qualificar a bandeira dos 10% do PIB já, indicando as fontes dos recursos e formas de sua aplicação (sistema de colaboração);
- A luta pelo “10% do PIB já” deve avançar para o estabelecimento de um custo aluno-qualidade suficiente à educação pública de qualidade;
- Garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência como um dos elementos para a democratização da educação;
- Fortalecer a luta contra as opressões de classe, gênero, étnico-racial, orientação sexual, como um dos eixos da educação, em todos os níveis de ensino;
- Formular por uma política de apoio aos LGBTT's para acesso e permanência no sistema educacional;
- Lutar pela desmilitarização das polícias promovendo a segurança pública;
- Intensificar a luta contra o assédio moral;
- Lutar contra o PL 6840/2013 da reforma do ensino médio que tramita no congresso nacional;
- Lutar contra as parcerias público-privado na oferta de educação na rede pública;
- Criar o Observatório do financiamento público da educação para fiscalizar a aplicação dos recursos, constituído pelas entidades participantes dos Fóruns municipais, estaduais e federal para organizar a luta em torno do projeto da classe trabalhadora para educação, com a participação dos movimentos sociais, sindicais, estudantil e da juventude;
- Construção de um movimento alternativo e contrário ao movimento oficial do Estado no que diz respeito a avaliação da educação;
- Construção pelos Fóruns - municipais, estaduais e federal de organização da luta em torno do projeto da classe trabalhadora para educação, com a participação dos movimentos sociais, sindicais, estudantil e da juventude - de um sistema de avaliação que contemple todo processo de educação (um projeto de educação, os aspectos institucionais/pedagógicos, condições de trabalho e de estudo);
- Lutar para que o Estado incorpore os processos de avaliação estabelecidos pela autonomia de cada Instituição e redes de ensino;
- Construir alternativas para democratização dos meios de comunicação sob controle dos trabalhadores, apoiando o movimento FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação);
- Contra a implantação da Lei 7639/2013 das IES comunitárias;
- Contra a lei de inovação científico e tecnológica (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004);
- Lutar pela ampliação e fortalecimento das licenciaturas na modalidade presencial;
- Lutar contra o Projeto de Lei 4193/2012 referente ao acordo coletivo especial;
- Contra as 101 propostas de modernização trabalhista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), pois as mesmas flexibilizam e retiram direitos históricos;
- Lutar contra o PROIES (Lei 12.688/2012) e os subsídios fiscais aos empresários da educação;
- Lutar contra a lógica da terceirização, privatização e competição dentro das instituições de ensino públicas;
- Lutar contra a EBSEH e as fundações de direito privado nas instituições públicas;
- Articulação de Fóruns municipais, estaduais e federal para organizar a luta em torno do projeto da classe trabalhadora para educação, com a participação dos movimentos sociais, sindicais, estudantil e da juventude;
- Lutar pela educação pública com carreira única para todas as categorias de docentes;
- Lutar pela manutenção das cotas raciais por cotas sociais nas IES;
- Defender a tarifa zero para o transporte coletivo.

Etapa São Paulo

26 de Julho de 2014

Considerando que a educação brasileira enfrenta uma séria crise que se acirrou nos últimos dez anos. Que a educação deve ser entendida a partir da lógica do capital, na forma como ele se apresenta hoje. Que a luta pela Educação é de caráter nacional e vai contra a lógica quantitativista da educação, principalmente na proposta do REUNI, que só enche as escolas mas não oferece condições. Que um PNE da sociedade brasileira é tarefa do conjunto da classe trabalhadora e trabalhadores da educação. Que a repressão - no seu sentido mais amplo, inclusive na sala de aula é presença constante nas escolas e apresenta-se nas questões de gênero, na discriminação, dificuldade da permanência dos que entram através de cotas. Que a precarização das condições de trabalho tem causado o adoecimento docente. Que a Educação é uma referência no processo de resistência ao capital como demonstram às várias greves. Propomos:

- Lutar contra a terceirização dos serviços educacionais no ensino básico e no ensino superior e os cortes de verba em todos os setores da Educação, tendo como eixo central o combate à mercantilização do ensino e a defesa do nosso projeto de educação pública;
- Formação a partir do ENE de um calendário de lutas para todos os setores da educação para denúncia do PNE com ênfase nos 10% do PIB para a educação pública já, gratuita, laica, presencial e de qualidade;
- Lutar dentro dos institutos técnicos federais;
- Lutar em conjunto estudantes, professores e funcionários da educação contra a restrição da meia entrada, pela garantia de permanência, cotas, moradia, mais bandeirão, garantia de creches, política de permanência para os LGBT;
- Lutar contra a repressão nas escolas: grades, cadeados, etc. pelo fim do ensino religioso, contra o racismo e a homofobia, que as escolas discutam gênero, homossexualidade;
- Lutar pela criação de estruturas que garantam a participação dos funcionários e estudantes;
- Lutar contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais;
- Exclusividade na educação básica: uma jornada de trabalho por professor, pelo fim da prova de mérito;
- Valorização do docente da educação básica por meio do aumento rápido do piso salarial e respeito do tempo atividade na composição da jornada de trabalho;
- Limite do número de educandos no atendimento em sala de aula: 8 crianças de 0 a 2 anos na educação infantil, nas creches; 15 crianças de 3 anos na educação infantil nas creches, 20 crianças de 4 a 5 anos nas pré-escolas; 20 crianças nos primeiros aos terceiros anos do ensino fundamental; 25 crianças e/ou adolescentes nas demais etapas e modalidades da educação básica;
- Defesa da vinculação permanente do docente com a respectiva instituição pública ou privada;
- Vetar a utilização do ensino a distância em todos os níveis de ensino;
- Participação de professores alunos e funcionários nas decisões da vida escolar;
- Que o Investimento por estudante da educação básica do país seja de 30%;
- Duplicação do piso salarial dos professores em três anos, respeitar um terço da jornada de trabalho fora da sala;
- Verbas públicas para a educação pública estatal;
- Apoio do ENE ao boicote acadêmico às instituições israelense, nos termos do chamado de 2009, da sociedade civil palestina por boicotes, desinvestimentos e sanções da comunidade internacional a Israel indicando uma campanha nacional pela pauta.

Manifesto do Encontro Nacional de Educação

**Rio de Janeiro,
08, 09 e 10 de agosto de 2014**

Mais de dois mil professores, estudantes, sindicalistas, participantes de movimentos sociais, aos quais se agregaram diversas representações de organizações internacionais, após intenso processo preparatório nos estados, reuniram-se no Rio de Janeiro, nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2014 para realizar o Encontro Nacional de Educação, evento independente dos educadores brasileiros, comprometido exclusivamente com o princípio de que a educação deve ser pública, gratuita, laica, e de qualidade socialmente referenciada em todos os níveis e de acesso universal.

Nessa linha, o Encontro reafirmou, enfaticamente, a luta sem tréguas contra a mercantilização da educação, em defesa do financiamento pelo Estado, na ordem de 10% do PIB, Já! exclusivamente para a educação pública, que possibilite condições democráticas de acesso e permanência em todos os níveis de ensino; repudiou todas as formas de precarização das condições de trabalho que os setores financistas querem impor à educação, bem como a lógica da avaliação meritocrática e produtivista do ensino e do trabalho docente; posicionou-se contra todas as formas de desrespeito à autonomia universitária e a todas tentativas de submeter a educação a parâmetros autoritários, impondo o individualismo e a competição, no lugar da elaboração solidária fundamento necessário para construção de uma sociedade realmente democrática. Repudiou o PNE sancionado pelo governo, pois é uma legislação que atende aos interesses privatistas do empresariado da educação, aprofunda a precarização dos trabalhadores em educação e promove uma expansão sem adequadas condições que preservem a qualidade do ensino público, desde a educação básica até a educação superior, na perspectiva de se desobrigar do compromisso do financiamento da Educação Pública.

Visando a integrar e ampliar organicamente o trabalho, os participantes foram organizados em grupos de debate para o aprofundamento e estabelecimento de políticas sobre temas que têm forte inflexão na educação brasileira.

Acesso e permanência: defesa do acesso universal à educação, em todos os níveis, e da garantia de permanência estudantil a todos e a todas, que não tenha caráter assistencialista, especialmente referenciada na igualdade de gênero, raça e orientação sexual.

Avaliação, o atual modelo adotado no Brasil foi considerado punitivo e meritocrático, o que não garante a qualidade da educação, comprometendo-a, ao contrário. Foi reafirmado que avaliar não é punir ou premiar e, por isto, não deve servir para forjar a constituição de rankings entre instituições. Quanto aos critérios meritocráticos, esses têm sido adotados como forma de desconstrução das carreiras; por essa razão, foi salientada a necessidade da luta em defesa dos planos de carreira que valorizem o tempo de serviço e a titulação.

Democratização: foi destacado que as instituições de ensino devem ser espaços democráticos e autônomos, com participação da comunidade nas decisões, com eleições diretas para dirigentes, na forma definida democraticamente em cada instituição e em processos que se encerrem em cada uma delas, isto é, com fim das listas enviadas para a escolha dos indicados pelos governantes de plantão. Igualmente deve ser a gestão, com garantia de participação de todos os segmentos, trabalhadores e estudantes. Ressalte-se que as políticas educacionais devem também ser democraticamente definidas, o que não foi o caso do Plano Nacional de Educação. É de fundamental importância para a democracia que seja retirada a polícia do interior das escolas e universidades. É preciso assegurar a liberdade de organização dos estudantes e dos trabalhadores, combater as práticas antissindicais no interior das instituições de ensino e repudiar a inaceitável onda de criminalização dos movimentos sociais no Brasil.

Privatização e Mercantilização da educação: foi enfaticamente declarado que a educação deve ser um direito garantido a toda a população; No entanto o governo brasileiro sonega esse direito básico. Em busca de uma formação e de uma vida melhor, muitos brasileiros veem-se obrigados a buscar instituições privadas, que majoritariamente oferecem um ensino sem qualidade desvinculado da pesquisa e da extensão. Atualmente o Brasil é o 6º mercado mundial educacional com 75% dos graduandos matriculados em universidades privadas, espaço de atuação de monopólios educacionais gigantescos. Além disso, Programas como o PROUNI, o PRONATEC e FIES, são formas de assegurar, por meio de subsídios públicos, a lucratividade dessas empresas, cada vez mais monopolizadas, neste gigantesco mercado educacional, que se amplia com as políticas de parcerias público e privado, expressas em expedientes como a Lei de Inovação Tecnológica e o “Todos pela Educação”. Tem chamado a atenção mais recentemente a política para os hospitais públicos com a criação da EBSEH, que fere a autonomia das universidades federais e compromete a formação dos discentes.

Financiamento da educação: foi lembrado que, apesar do país ter a 7ª economia mundial, estamos entre os últimos quando se trata de financiamento da educação. A prioridade do governo nos gastos públicos é clara, pois o Orçamento Geral da União compromete mais de 40% com os interesses especulativos do capital financeiro, enquanto que para a educação compromete menos de 4%. A reivindicação de 10% do PIB, Já! exclusivamente para a educação pública é uma necessidade para que haja a reversão do processo do desmonte da educação. Foi indicada ainda a importância do acompanhamento das definições e execuções orçamentárias, com exigência de transparência, como parte da luta em defesa da educação pública.

Passe-Livre: as gigantescas manifestações de junho de 2013 eclodiram a partir da insatisfação dos brasileiros com as altas tarifas e a péssima qualidade dos transportes públicos, conjugadas com a corrupção, a falta dos serviços públicos de qualidade – educação e saúde, e uma prática política desenraizada dos reais interesses e direitos do povo brasileiro. A luta pelo Passe Livre amplia o horizonte das lutas sociais brasileiras, pois articula a juventude, os trabalhadores e os Movimentos sociais.

Precarização: o avanço da privatização e a expansão desordenada nas universidades públicas e institutos federais ocasionou o aumento da precarização do trabalho dos profissionais da educação, desorganizando os planos de carreira. Além de precarizar as condições de trabalho dos trabalhadores efetivos, a entrada de interesses privados nas universidades públicas trouxe a terceirização e os contratos provisórios, aos quais se somaram os efeitos provocados pela implantação do REUNI. Esses trabalhadores representam uma grande parcela da força de trabalho das instituições educacionais e estão em condições extremamente precárias em termos de direitos trabalhistas. As entidades sindicais dos trabalhadores em educação assumiram a responsabilidade de levar as reivindicações desses setores como parte da luta contra todas as formas de precarização do trabalho nas instituições de ensino.

Os participantes do Encontro Nacional de Educação declaram que esse foi um momento especial de rearticulação das lutas em defesa da educação pública. Ao mesmo tempo, têm clareza que esse é um passo que requer continuidade de iniciativas e medidas que contribuam para o enraizamento da luta em defesa da escola pública. É importante evocar a necessidade da unidade para que, juntos, entidades e movimentos sociais comprometidos se esforcem na construção de alternativas hegemônicas dos trabalhadores para a ciência, a tecnologia, as artes e a cultura.

Para tantos, foram indicadas pelo Encontro Nacional de Educação:

Constituição de Comitês Estaduais em Defesa da escola pública.

Participação nas atividades do dia 21 de Agosto – Dia Nacional de Luta contra a Criminalização dos Movimentos Sociais – Lutar Não É Crime!

Realização nos estados, na segunda quinzena de outubro, de um dia de Luta em Defesa da Educação Pública.

Realização do II Encontro Nacional de Educação em 2016, precedido de Encontros Estaduais preparatórios.

Manutenção e ampliação do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!

Organização de Agenda de atividades e ações como referência para a orientação e realização das tarefas que façam avançar a nossa luta, que queremos incorporada pelo povo brasileiro, para o avanço da liberdade, a emancipação social e o descortino de outro mundo.



ENCERRAMENTO DA MESA DE ABERTURA





**ENCONTRO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO
2014**

ene2014.wordpress.com